



BOLETIM
OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL

DIVERSIDADE CULTURAL,
TERRITÓRIO E BIODIVERSIDADE

V79, N.04.2018 - JULHO / AGOSTO 2018

ISSN 2526-7442



ICMS - MG

LEI ESTADUAL
DE INCENTIVO
À CULTURA

CULTURA - FAZENDA

CA: 0592/001/2017

PATROCÍNIO

USIMINAS 

REALIZAÇÃO

OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL



Grupo de Pesquisa
Observatório da
Diversidade Cultural

PARCEIROS

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS 
Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu Mestrado em Artes



Instituto Cultural
USIMINAS 



INCENTIVO

 CULTURA



OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL

BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

DIVERSIDADE CULTURAL, TERRITÓRIO E BIODIVERSIDADE

- 05 **Editorial**
- 08 **Edital de Inscrição para Próxima Edição**
- 11 **Saberes, territorialidade e direitos na implementação da Lei 13.123/2015** Natália Guerra Brayner
- 22 **Breves considerações sobre olho, natureza e poder** Maicon Rodrigo Rugeri
- 31 **Notas sobre o Programa Nacional de Biodiversidade da Bolívia** Juan Ignacio Brizuela
- 37 **A diversidade cultural em África: o caso do casamento tradicional no grupo étnico tsonga do sul de Moçambique** Alexandre António Timbane e Florência Paulo Nhavenge
- 51 **O Ciclo das políticas públicas na questão dos refugiados** Gustavo Fernandes Ambrosio e Cristina Schmidt
- 60 **Architecture of emptiness in favelas: green walls and indigenous graphism at Macquinho – Morro do Palácio, Brazil** Dinah Papi Guimaraens
- 70 **La diversité culturelle et humaine au cœur du territoire flup: la fête littéraire des périphéries à Rio de Janeiro** Bruna Torres Sobral
- 80 **Diversidade cultural nas terras dos diamantes do Vale do Jequitinhonha – Diamantina**
Parísina Éris Tameirão Ribeiro
- 88 **Análise de clusters: espacialização das Indústrias Criativas Núcleo e o contexto do desenvolvimento socioeconômico da região metropolitana de Porto Alegre**
Judite Sanson de Bem Moisés Waismann e Margarete Panerai Araújo
- 99 **Colaboradores desta Edição**
- 100 **Sobre o Observatório da Diversidade Cultural**
- 101 **Sobre o Boletim Observatório da Diversidade Cultural**

Diversidade Cultural, Territórios e Biodiversidade

Apresentamos nesta 79ª edição do **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, nove textos que dialogam com questões relacionadas a **Territórios e Biodiversidade**. Os trabalhos foram selecionados a partir do Edital de Publicação de Textos do ODC e agradecemos a todos os inscritos e selecionados.

Abre o boletim o texto *Saberes, Territorialidade e Direitos na implementação da Lei 13.123/2015*, da autora Natália Guerra Brayner, que reflete como o Brasil tem se apropriado dos conceitos e princípios de convenções internacionais, especificamente no que se refere aos conhecimentos tradicionais de povos e comunidades.

Em *Breves considerações sobre olho, natureza e poder*, o autor Maicon Rodrigo Rugeri aborda os discursos de poder que permeiam as visualidades da natureza no continente latino-americano, no qual tenta identificar os paradigmas visuais da modernidade/colonialidade e como estes influenciam a representação visual artística, orientando discursos e olhares sobre a paisagem, a flora e a biodiversidade do subcontinente.

Na esteira das discussões envolvendo a biodiversidade da América Latina, o autor Juan Ignacio Brizuela apresenta no trabalho intitulado *Notas sobre o Programa Nacional de Biodiversidade da Bolívia* algumas reflexões sobre o Programa Nacional de Biocultura, buscando compreender seus conceitos centrais aplicados nas regiões andinas bolivianas.

Com enfoque em uma experiência africana, o texto *A diversi-*

dade cultural em África: o caso do casamento tradicional no grupo étnico tsonga do sul de Moçambique, os autores Alexandre António Timbane e Florência Paulo Nhavenge discutem como o termo cultura se integra no espaço do grupo étnico tsonga e como o processo da aculturação proveniente da Europa influencia na mudança das práticas sociais.

Os refugiados são o tema do texto *O Ciclo das políticas públicas na questão dos refugiados*, no qual os autores Gustavo Fernandes Ambrosio e Cristina Schmidt refletem sobre uma aplicação do modelo teórico do ciclo e análise de políticas públicas e a sua importância para a compreensão dessa temática contemporânea e o papel da esfera do Estado.

Experiências do Rio de Janeiro inspiram dois outros estudos: o trabalho *Architecture of emptiness in favelas: green walls and indigenous graphism at Macquinho – Morro do Palácio, Brazil*, da autora Dinah Papi Guimaraens, que aborda a proposta de implantação de Hortas Urbanas aliadas a protótipos de grafismos indígenas na favela do Morro do Palácio, na cidade de Niterói; e o texto *La diversité culturelle et humaine au cœur du territoire flup: La fête littéraire des périphéries à Rio de Janeiro*, de Bruna Torres Sobral, no qual ela mostra a festa como um evento cultural inscrito no território, de grande importância na promoção da diversidade cultural e humana.

Em *Diversidade cultural nas terras dos diamantes do Vale do Jequitinhonha – Diamantina*, a autora Parísina Éris Tameirão Ribeiro toma nota da diversidade cultural do município mineiro de Diamantina, buscando apresentar sua pluralidade de for-

ma simples e poética. E por fim, os autores Judite Sanson de Bem, Moisés Waismann e Margarete Panerai Araújo encerram o boletim com *Análise de clusters: Espacialização das Indústrias Criativas Núcleo e o contexto do desenvolvimento socioeconômico da região metropolitana de Porto Alegre*, no qual verificam se existe relação entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e a dispersão de estabelecimentos das indústrias criativas núcleo na capital e região metropolitana gaúchas.

Aproveitamos para informar que o edital para a próxima edição do Boletim, V80 nº 05/2018, já se encontra aberto e pode ser acessado nesta publicação ou no site do ODC (www.observatoriodadiversidade.org.br). As inscrições estarão abertas até o dia **20 de outubro de 2018** e o tema desta edição versa sobre as relações entre **Diversidade Cultural e Arte**.

Aos autores e autoras desta publicação, os nossos sinceros agradecimentos, e aos leitores e leitoras, nossos votos de boa e proveitosa leitura.

José Márcio Barros e Plínio Rattes

CHAMAMENTO PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS 2018

BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

ISSN 2526-7442

O **Observatório da Diversidade Cultural (ODC)** abre Edital de chamamento para publicação de textos, artigos, entrevistas e reportagens em seu Boletim para o ano de 2018. O **Boletim ODC** é uma publicação virtual de periodicidade bimensal, na qual pesquisadores, profissionais e demais interessados envolvidos com a temática da diversidade cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes. O tema da próxima edição será **Diversidade Cultural e Arte**. O prazo máximo para a submissão é o dia **20 de outubro de 2018**.

Para submissão os interessados devem seguir as orientações abaixo:

Inscrição

- Serão aceitos textos redigidos em português, espanhol, inglês ou francês e enviados em arquivo Word (.doc ou .docx), em fonte Arial 11, espaçamento 1,5, margem normal (em citações e tabelas utilizar fonte Arial 10 e espaçamento 1,0) e sem espaço entre os parágrafos;

- O título deve estar centralizado, em negrito e caixa alta;
 - A identificação do(s) autor(es) deve vir abaixo do título, à direita, em itálico. A nota de rodapé apresentar os respectivo(s) e-mail(s) e dados autorais em até três linhas de cada autor do texto;
 - Após o título e identificação do(s) autor(es), apresentar resumo do texto, em até cinco linhas;
 - As citações diretas e indiretas devem ser realizadas no próprio texto, seguindo sistema autor-data, como nos exemplos: segundo García Canclini (1990, p. 76) ou após a citação (GARCÍA CANCLINI, 1990, p. 76).
 - As referências bibliográficas devem seguir as normas da ABNT;
- Informar os créditos das fotos e imagens, se houver;
- Os textos devem ter até cinco laudas, incluindo as referências bibliográficas;
 - Salvar o texto com a seguinte nomenclatura: BOLETIM ODC_ NOME DO AUTOR.
 - Enviar o texto para o e-mail odc.boletim2018@gmail.com, até o dia 20/10/2018. O assunto do e-mail deve repetir a mesma nomenclatura do texto anexado (BOLETIM ODC_ NOME DO AUTOR).

Critérios de avaliação

- Cada texto será analisado à cega por dois pareceristas que considerarão os seguintes critérios para avaliação:
- Adequação do texto ao tema do boletim;
- Capacidade de articulação do tema com a questão da Diversidade Cultural e suas variadas facetas;
- Originalidade e qualidade analítica;
- Clareza, coerência, estilo e gramática;
- Atendimento aos itens 1 a 10 do tópico Inscrição.

Informações gerais

- Os textos podem ser ensaísticos, entrevistas, reportagens e resenhas de livros adequadas à temática da Diversidade Cultural;
- Os textos devem ser inéditos, admitindo-se trabalhos publicados em Anais de eventos;
- Cada texto pode ter até três autores e cada autor pode inscrever até dois textos por bimestre/temática;
- Os autores declaram expressamente que as opiniões emitidas no trabalho são de sua exclusiva responsabilidade e que a publicação do artigo não viola direitos de terceiros, ficando o Observatório da Diversidade Cultural isento de quaisquer responsabilidades
- Ao submeter o texto, o(s) autor(es) autorizam sua publicação, bem como o download e compartilhamento desde que se atribua crédito de autoria e para fins não comerciais;
- O(s) autor(es) declaram que a presente cessão é totalmente gratuita e não implicará em qualquer pagamento presente ou no futuro pelo uso do texto inscrito.

BELO HORIZONTE, 20 DE SETEMBRO DE 2018

SABERES, TERRITORIALIDADES E DIREITOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.123/2015

Natália Guerra Brayner

Há pelo menos quatro décadas a agenda da diversidade biocultural tem pautado as discussões em diversos fóruns mundiais. As convenções da UNESCO nos campos do meio ambiente e da cultura refletem a preocupação da maioria dos países em desenvolver sistemas e estratégias globais de proteção da diversidade de espécies e ecossistemas assim como de sistemas culturais locais como meios essenciais para a sobrevivência da espécie humana e como forma de assegurar direitos humanos fundamentais.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica-CDB, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992, tem como cerne o reconhecimento da diversidade biológica enquanto fator determinante para “a evolução e a manutenção dos sistemas necessários à vida na biosfera” (Preâmbulo da CDB). A CDB tem como objetivo estabelecer as normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário. A conservação da biodiversidade e o combate às causas

de sua redução ou perda são responsabilidade comum dos países membros que aderiram a esse tratado internacional.

Já no campo da cultura, nos anos subsequentes, a ordem discursiva internacional consolidou conceitos relacionados à afirmação dos direitos humanos de grupos minoritários e ao exercício dos direitos culturais enquanto direito humano fundamental. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural foi promulgada no ano de 2001 e outras duas Convenções subsequentes relacionadas aos direitos culturais, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, foram adotadas respectivamente nos anos de 2003 e 2005.

Todas as convenções acima mencionadas têm como pano de fundo a crítica a um processo de empobrecimento cultural e degradação ecológica gerados pelo modelo de desenvolvimento técnico industrial que, a partir da revolução industrial no século XIX, passou a se impor em todos os países do mundo. Aos fenômenos da homogeneização e globalização, estudiosos têm relacionado o conceito de perda de enraizamento discutido pela filósofa francesa Simone Weil em ensaio escrito no ano de 1943, pois o estar na terra, o relacionar-se com a terra (de forma metafórica ou literal), é o que assegura a condição de dignidade à existência humana. O homem desenraizado perde o sentido de sua própria vida e se torna dependente de recursos exógenos para o seu bem-estar (CARNEIRO LEÃO, 1977;1988).

A CDB, além de reafirmar o direito soberano dos Estados sobre os

seus recursos biológicos, destaca o relevante papel das comunidades locais e populações indígenas na conservação da diversidade biológica por meio da utilização sustentável de seus componentes. O artigo 8º desta convenção contém disposições relativas à conservação in situ da biodiversidade e na alínea “j” estabelece o direito inalienável destes grupos populacionais à manutenção e preservação de seus estilos de vida tradicionais e à repartição de benefícios derivados do uso de seus conhecimentos tradicionais:

“Artigo 8º Cada parte contratante deve, [...]

j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.”

Ou seja, no escopo da CDB, os conhecimentos tradicionais de povos e comunidades locais relativos ao manejo dos recursos naturais são reconhecidos enquanto um serviço prestado à humanidade na medida em que contribuem para a conservação da diversidade biológica. Esse reconhecimento torna esses grupos populacionais detentores e produtores de conhecimentos considerados úteis não apenas para a preservação de ecossistemas essenciais à continuidade da vida no planeta, mas também à produção científica e tecnológica. Em decor-

rência deste entendimento, bastante atrelado a uma ética utilitarista, os direitos de propriedade intelectual dessas populações devem ser respeitados por meio de regimes de regulação que prevejam a repartição de benefícios derivados da utilização desses conhecimentos tradicionais por terceiros.

A apropriação dos conceitos da CDB a partir de uma ética pautada na razão instrumental, no utilitarismo e no cientificismo, gera reducionismos quanto à compreensão dos direitos inalienáveis de povos e comunidades tradicionais. Essa leitura desvirtuada da CDB é reforçada pelo desconhecimento das interações dos conteúdos das Convenções do campo da Cultura com a temática dos saberes associados tradicionais à natureza.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) ao mesmo tempo em que reafirma a importância dos saberes e conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais para a manutenção e ampliação da diversidade cultural e biológica no planeta, enfatiza a

[...] importância da vitalidade das culturas para todos, incluindo as pessoas que pertencem a minorias e povos indígenas, tal como se manifesta em sua liberdade de criar, difundir e distribuir as suas expressões culturais tradicionais, bem como de ter acesso a elas, de modo a favorecer o seu próprio desenvolvimento.

A partir desse cenário, o qual foi aqui brevemente delineado, lance-



Foto: Shelby L. Bell/ Creative Commons

mos um olhar sobre a Lei 13.123 e seu decreto regulamentador, de forma a identificar como, no Brasil, foram apropriados os conceitos e princípios das convenções internacionais acima mencionadas, especificamente no que se refere aos conhecimentos tradicionais de povos e comunidades tradicionais.

O primeiro marco regulatório brasileiro sobre o tema do uso e conservação da biodiversidade, a Medida Provisória de 2.186, editada no ano de 2001 reflete uma conceituação ampliada de conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos ao incorporar esses saberes no escopo dos bens que integram o patrimônio cultural brasileiro. O entendimento expresso nesta MP se fortaleceu e consolidou

no ambiente jurídico e nas políticas públicas brasileiras ao longo da última década e a Lei 13.123/2015 manteve o artigo que incorpora os conhecimentos tradicionais de povos e comunidades locais ao patrimônio cultural da nação:

Art. 8º Ficam protegidos por esta Lei os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de populações indígenas, de comunidade tradicional ou de agricultor tradicional contra a utilização e exploração ilícita.

§ 1º O Estado reconhece o direito de populações indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais de participar da tomada de decisões, no âmbito nacional, sobre assuntos relacionados a conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Lei e do seu regulamento.

§ 2º O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de que trata esta Lei integra o patrimônio cultural brasileiro e poderá ser depositado em banco de dados, conforme dispuser o CGen ou legislação específica.

Assim, no ordenamento jurídico brasileiro, os conhecimentos tradicionais associados ao uso e manejo de recursos naturais são patrimônio cultural, portanto, passíveis de proteção também enquanto direitos culturais, os quais, no Brasil, são referidos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

O conceito de patrimônio cultural vislumbra um universo que trans-

põe as manifestações materiais, tangíveis (edificações, coleções de arte, artefatos arqueológicos etc.), para abarcar outras dimensões de cunho imaterial (formas de expressão, práticas culturais, celebrações etc.), fluidas, tão importantes quanto aquelas, e que são expressões da história e da vida de um povo, do seu modo de ver e pensar o mundo, enfim, da sua própria identidade.

Essa compreensão dos conhecimentos tradicionais associados ao manejo da natureza enquanto patrimônio cultural necessita ser mais bem difundida de forma a fortalecer um sistema de governança que possibilite a superação da visão reducionista dos saberes de povos e comunidades tradicionais apenas como fonte para a pesquisa e a inovação tecnológica, resultando numa valoração meramente econômica dessa “matéria-prima”. Esses saberes são parte de sistemas cognitivos específicos desses grupos populacionais, os quais têm secularmente gerado conhecimentos e (inter) agido no meio ambiente onde vivem, sendo essa uma dimensão essencial à reprodução de seus modos de vida tradicionais.

Especificamente no que se refere ao patrimônio cultural, cabe atuação estatal visando a sua promoção e proteção.

Artigo 216

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

No campo da proteção do patrimônio cultural imaterial, assegurar os direitos coletivos de seus detentores e produtores configura-se como um dos elementos essenciais à sua preservação, pois significa buscar a realização de uma existência humana digna para aqueles que mantêm vivas práticas culturais e transmitem seus saberes a novas gerações.

Os conhecimentos, inovações e práticas orientadas por tradições estão intimamente relacionadas à existência de um povo, sendo parte constitutiva de suas experiências culturais, e por essa razão, inalienáveis e irrenunciáveis. Atos de apropriação indevida de conhecimentos coletivos e difusos de povos e comunidades tradicionais geram prejuízos que contribuem para a desestruturação de modos de vida tradicionais e consequentemente para a destruição desses patrimônios (OLIVEIRA, 2005).

Ao reconhecer o direito dessas populações de participar da tomada de decisões, no âmbito nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais, a Lei 13123/2015 incorporou o direito fundamental de autodeterminação coletiva. A normativa estabelece a necessária obtenção de consentimento livre, prévio e informado junto aos guardiões desses saberes tradicionais com relação a quaisquer usos que venham a ser feitos de seus conhecimentos, os quais também são definidos nesta normativa como de caráter coletivo.

Com relação ao esse direito, de acordo com entendimentos consolidados no campo jurídico brasileiro, nas palavras de Grabner (2015, p. 26, grifos meus).

Portanto, essa a etapa de evolução na qual presentemente nos encontramos em relação ao delineamento do conceito de consentimento livre, prévio e informado, de notável importância para todos os titulares do direito correspondente, mas, especialmente, para os povos indígenas e outras comunidades tradicionais, uma vez que, a nosso ver, de sua correta interpretação e aplicação depende o respeito integral dos direitos culturais desses grupos à manutenção de sua diversidade cultural e capacidade de livre determinação.

Logo, pelo acima exposto, observa-se que a Lei 13.123/2015 e seu decreto regulamentador de nº 8.772/2016 também se configuram, no ambiente jurídico brasileiro, como instrumentos de proteção e promoção do patrimônio cultural, na medida em que visam a assegurar direitos intelectuais e coletivos de povos e comunidades tradicionais, considerados os detentores desses saberes.

Na terminologia da UNESCO, o termo “proteção” significa a adoção de medidas direcionadas à preservação, salvaguarda e valorização. Nesse contexto, o termo “proteção” não adquire as conotações que ele poderia sugerir na linguagem comercial. Quando usado em conjunto com o termo “promoção”, implica o desejo de manter vivas expressões culturais ameaçadas pelo crescente ritmo de globalização. A palavra “promoção” expressa o chamado à contínua regeneração das expressões culturais, de modo a assegurar que elas não sejam confinadas em museus, folclorizadas ou reificadas. Além disso, as palavras “promoção e proteção” são inseparáveis.

No Brasil, um amplo esforço governamental tem sido realizado no que se refere à efetiva implementação das normas de acesso e repartição de benefícios. Entretanto, ainda necessitamos avançar no desenvolvimento de políticas e programas de promoção e valorização dos saberes e modos de vida de populações tradicionais, muitas das quais têm sofrido pressões e violências extremas em contextos de luta pela manutenção de seus territórios tradicionais.

Referências

CARNEIRO LEÃO, E. **Heiddeger e a modernidade: a correlação de sujeito e objeto**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 50, p. 03-26, jul-set, 1977.

_____. **A técnica e o mundo no pensamento da Terra**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 94, p. 55-68, jul-set, 1988.

GRABNER, Maria Luiza. **O direito humano ao consentimento livre, prévio e informado como baluarte do sistema jurídico de proteção dos conhecimentos tradicionais**. In: Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 14 – n. 45, p. 11-65 – jul./dez. 2015.

Oliveira, Ana Gita de. **Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: bases para constituição de direitos**. In: Moreira, Eliane (org.). Propriedade Intelectual e patrimônio cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais. Belém: CESPUI/MPEG 2005, p. 27-31.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. **Convenção sobre a Diversidade Biológica**, 1992.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2001.

_____. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 2003.

_____. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2005.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASOLS, Narciso. **A Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

TORRES, João Carlos Brum. **Sobre o Utilitarismo como teoria filosófica da moralidade**. In: Revista UCS, Ano 01, nº 06, 2013. Disponível em: “<https://www.ucs.br/site/revista-ucs/revista-ucs-6a-edicao/>”a-edicao/academia/, página acessada em 08/02/2017.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Tradução de Maria Leonor Loureiro, Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC, Bauru, 2001.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OLHO, NATUREZA E PODER

Maicon Rodrigo Rugeri

Resumo: este ensaio busca fazer aparecer os discursos de poder que permeiam as visualidades da natureza no continente latino-americano. É um esforço de identificar os paradigmas visuais da modernidade/colonialidade e como estes influenciam a representação visual artística, orientando discursos e olhares sobre a paisagem, a flora e a biodiversidade do subcontinente.

No âmbito contemporâneo de preocupações sobre o meio ambiente, poluição, esgotamento dos recursos naturais, a ecologia ganhando (e perdendo) pautas nos debates políticos, sociais e científicos, podemos pensar que, se por um lado há uma crise ambiental que ameaça o planeta, também há uma urgência no esforço de recomposição de uma prática humana no contexto ambiental. No entanto, esse esforço, mais que levar em consideração o reestabelecimento de um ecossistema de ordem natural e unidades de preservação e conservação da biodiversidade, requer uma revisão e discussão cultural da prática humana ocidental para com a natureza. Para que isso seja possível, algumas considerações necessitam ser feitas, dentre elas,

discutir as categorias modernas de separação da natureza/cultura e da natureza/ser humano; as formas de ver e se relacionar com o espaço natural, rural e urbano; os discursos de poder e as construções socioculturais que representam a natureza.

A imagem, particularmente a paisagem, construída pela episteme europeia, desenhou a natureza sob termos tropicais, exóticos, selvagens, ora paraíso, ora inferno na Terra. A escolha desses termos como discurso produz um reducionismo ontológico que esvazia a natureza de múltiplos sentidos e a transforma apenas em visualidade exuberante e desconhecida para ser apreciada. Conceber a natureza a partir de uma visualidade e um imaginário contemplativos foi um dos motores de dominação e de exploração da própria natureza. Ao enunciar o primitivismo do Mundo Novo, a modernidade ocidental hierarquizou o urbano que corresponde à civilização, à Europa, inferiorizando os espaços naturais e rurais, que correspondem ao não-europeu. A natureza foi condicionada, por esse processo histórico, a ser oposta à cultura dos homens civilizados e, portanto, era uma força a se conquistar e a se dominar em prol do projeto civilizatório.

Nesse esquema, a natureza é visualmente construída enquanto distribuição natural organizada em quadro, enquanto modelo, enquadrar é definir, dominar, configurada através de uma metodologia de classificação, desenvolvida pelo aparato técnico do Renascimento, que séculos mais tarde, serviria para enquadrar também as palavras, as línguas, as culturas e os povos numa única história.

Para poder dominar a natureza, primeiramente foi preciso dessacrali-

zã-la. Carlos Walter Porto-Gonçalves pergunta, afinal, como dominar a natureza se ela estava povoada de deuses? Para isso, foi preciso não só afastar os deuses do meio natural, desapossá-los da natureza, mas também os povos, etnias e culturas que acreditavam neles. Foi preciso tornar a natureza separada do humano, não mais como uma ação com a natureza, mas uma ação sobre a natureza. Em suma, torná-la um campo epistemológico onde opera uma ciência racionalista, matemática e cartesiana, com leis e regras universais de funcionamento da realidade, ao mesmo tempo que expulsava os deuses e os espíritos das florestas, dos rios, das montanhas. Por isso, a investida da ciência botânica e as expressivas catalogações sistemáticas das plantas realizadas na América. Domina-se porque se conhece.

A naturalização da ciência como a única forma real e verdadeira do conhecimento, aparada no discurso de uma objetividade racional que permite a verificação universal dos resultados, produz a falsa sensação de que a ciência é neutra e seus cientistas são isentos de subjetividades. A episteme da racionalidade moderna ocidental, baseada em dualismo, separa como categorias opostas, objetividade e subjetividade, razão e emoção, mente e corpo, ser humano e natureza, observador e objeto, e por aí afora. Essa visão de mundo irá não só implicar em conflitos entre as categorias, mas possibilitar a hierarquização de uma categoria sobre a outra.

Nos finais do século XVIII, uma nova configuração de conhecimento vai colocar o ser humano, especificamente o homem europeu, como o sujeito do saber. O moderno não pensa sem uma referência, que é o próprio homem (europeu). O homem, por sua vez, com seu olhar. Do



Foto: Chris Golberg/ Creative Commons

observador ao objeto, temos a ciência moderna, um saber racionalista e lógico, fundado na crença do real e do verdadeiro universalista. Em vias de desenvolvimento a partir do Renascimento, a ciência era conflitante com outros saberes, e vai tomando hegemonia ao aproximar-se das industrializações, das forças de produção crescentes e da demanda econômica, por exercer um conhecimento matemático e quantificável, e assim ser compatível com a consolidação capitalista. Ao se tornar hegemônica, também se torna normalizadora, excluindo, subjugando, expropriando e colonizando outras formas de conhecimento do mundo, outras perspectivas não europeias, outros paradig-

mas de saber e outras formas de ver.

O conjunto de normalização das técnicas de olhar produzidas no Renascimento, sobretudo com a introdução da perspectiva enquanto sistema de organização da imagem, e da representação da natureza, evoca a noção de paisagem como um sistema de organização da própria natureza, um modelo do natural. O olhar está na centralidade desse sistema, a visão do observador-sujeito sobre o observado-objeto. A imagem da natureza é a paisagem, canonizada nas representações ocidentais de mundo: na pintura, na arquitetura, no cinema, na propaganda, na literatura e nos jardins públicos. A cultura visual ocidental fundada na perspectiva como metodologia do ver e representar, há mais de quinhentos anos está reproduzindo a natureza pelo mesmo conjunto teórico e técnico do Renascimento.

Joaquín Barriendos alerta que os regimes visuais canonizados pela modernidade europeia, por um lado, reproduzem estereótipos coloniais de inferiorização racial e epistemológica, que ao longo do tempo foram se tornando imagens-arquivos. Ou seja, imagens que se sedimentam uma sobre as outras e vão solidificando iconograficamente a cultura visual ocidental e o conhecimento sobre o Outro, por meio da fixação ou do essencialismo do que é o Outro, fixado pela representação e repetição do mesmo. Por outro lado, a modernidade europeia e seus instrumentos de universalização do conhecimento, hierarquizam as culturas visuais, sendo a imagem e o desenho, instrumentos para a dominação e exploração dos territórios, das culturas e dos povos: representar o mundo é dizer o que ele é (e criar projetos para ele).

Por sua vez, também no colonizado age o mesmo sistema de conhecimento visual criado através de imagens do colonizador. A subjetividade do colonizado está permeada do discurso do colonizador: a colonialidade do ver, do ser e do saber. O olhar sobre o continente americano e sua natureza, ao mesmo tempo é olhar do panóptico do controle e da vigia. O olho que precisa conhecer a natureza exuberante e densa, para assim poder dobrá-la em imagens e categorias, para a dominação e apropriação econômica e cultural do continente. Produz e se reproduz sempre um elemento cartografado e estilizado por imagens repetidas até o conhecimento se mostrar fixado no discurso que habitará essa natureza.

A produção paisagística, por exemplo, é pensada na mesma chave moderna ocidental da separação do ser humano sobre a natureza, onde o observador se situa sempre em uma posição de poder ao observado, neste caso, a natureza. Essa concepção supervaloriza a visão como mediadora entre corpo e espaço, o olhar em detrimento a outros sentidos, como audição, tato, olfato, reduzindo a interação do usuário apenas à contemplação estética de elementos naturais e desconsiderando outras formas de relação com a vegetação, como usos alimentícios, medicinais, sagrados, afetivos, do trabalho com a terra.

O paisagismo posiciona principalmente o ser “urbano” como mero usuário das áreas verdes distanciando-o da criação, produção e interação desses espaços. Aqui se reproduz a categorização hierarquizante e dicotômica da modernidade ocidental, a divisão mente e corpo, ou seja, o trabalho intelectual sobre o trabalho braçal, ou mesmo a razão sobre a emoção. Nas artes, a separação do trabalho

intelectual do fazer manual do artista, aparece com a perspectiva, no Renascimento, que permitiu ao arquiteto projetar e visualizar a edificação através da racionalidade do desenho geométrico, dispensando então estar no canteiro da obra. Essa divisão do trabalho entre intelectual e manual também vai transformar o artesão em artista, do saber-fazer para o intelectual, gênio criador. Logo, também no paisagismo, os projetos de natureza representados por modelos continuam a divisão do trabalho, ou mesmo, de interação com a natureza, não aproximando e não integrando os usuários com a vegetação. Os usuários não participam nem do projeto, nem do plantio e nem do cultivo, apenas consomem a visualidade e o lazer que ela oferece, num projeto já acabado.

Diferente de outras relações baseadas na agricultura, nas comunidades indígenas e em jardins periféricos subjetivos, culturais e poéticos, o paisagismo convencional se transforma em uma cenografia das cidades, e por que não dizer uma cenografia do espetáculo, citando Guy Debord. Sob enquadramentos estéticos ocidentais, tal qual a perspectiva e a paisagem, sob a ótica contemplativa, a natureza é esvaziada da emoção estética como um todo existencial e relacional, se transforma numa representação retórica que tende à fixação, e que seduz, persuade o observador em um cenário coercitivo que mantém o controle e a vigilância do mesmo.

Por fim, tanto o desenho arquitetônico dos projetos paisagísticos quanto a narrativa ocidental das artes visuais enquadram e emolduram a natureza em superfícies planas bidimensionais (pinturas e gravuras), baseadas em perspectiva e em paisagem, esta última, conso-

lidada como gênero artístico de representação. A vegetação exibida em museus, em coleções botânicas e representações diversas, como superfície achatada, aniquila as múltiplas dimensões e significações que a natureza possui, apaga os modelos culturais de natureza não-europeus. No fundo, esse modo de ver desloca as pessoas de atores para espectadores, colocando a fruição estética somente possível na contemplação visual e, assim, mantendo a relação distanciada entre o receptor/obra, reproduzindo o discurso eurocêntrico entre ser humano/natureza — cultura/natureza.

Referências

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARRIENDOS, Joaquín. **La colonialidad del ver: Hacia un nuevo diálogo visual interepistémico**. *Nómadas*, Bogotá, n. 35, p.13-29, out. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1051/105122653002.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESCOBAR, Arturo. *Autonomía y Diseño: La realización de lo comunal*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. “**Aula 17/03/1976**”. In: Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002, P. 285-315.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 5 de janeiro de 1983**. In: O governo de si e dos outros: Curso no Collège De France. São Paulo: Martins Fontes, 2010, P. 25-39.

FOUCAULT, Michel. **De espaços outros**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, jan. 2013. Disponível em: <“<https://goo.gl/Ldr25s>”s>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Para outras conexões rural-urbanas: A reapropriação social da natureza. [s.l]: [s.i], 2009. Disponível em: <“<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Carlos%20Walter%20Porto-Gon%C3%A7alves%20-%20PARA%20OUTRAS%20CONEX%C3%95ES%20RURAL-URBANAS.pdf>”RURAL-URBANAS.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

NOTAS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE BIOCULTURA DA BOLÍVIA

Juan Ignacio Brizuela

Resumo: neste texto apresentamos algumas reflexões sobre o Programa Nacional de Biocultura do governo do Estado Plurinacional da Bolívia, buscando compreender as noções de biocultura, sistemas endógenos bioculturais e o ponto de vista biocêntrico acionadas por essa iniciativa aplicada nas regiões andinas bolivianas.

O Programa Nacional de Biocultura “Gestão local e políticas públicas para a conservação e uso substanciado dos Ecossistemas Andinos” (2011-2014), do Estado Plurinacional da Bolívia, teve como objetivo principal a promoção da conservação dos ecossistemas e o “bem-viver” das comunidades camponesas e indígenas da região andina do país, através do manejo sustentável da sua biodiversidade, assim como o respeito e a revalorização das culturas locais

Do que se trata a perspectiva biocultural deste programa? Conforme registrado no documento do Vice-ministério de Meio Ambiente, Biodiversidade, Mudanças Climáticas e de Gestão e Desenvolvimento Florestal (BOLÍVIA, 2015), a tradição ocidental tem privilegiado o ponto de vista antropocêntrico que separa a sociedade humana do

seu entorno biosférico e o converte, neste sentido, em um recurso a ser explorado. Isso gerou um desenvolvimento das forças produtivas nunca antes visto, desestabilizando os ecossistemas terrestres com a revolução industrial, baseada principalmente na energia do petróleo. Ao atingir o seu máximo potencial, se abre um período de instabilidade econômica a nível global, gerando a primeira crise climática acelerada pelo ser humano (p.7).

No intuito de fechar essa brecha, uma das estratégias adotadas pela iniciativa é voltar à ligação da sociedade/comunidade com a biosfera: a natureza à cultura. O que se traduz na adoção do ponto de vista biocêntrico das sociedades não ocidentais que viveram e vivem no contínuo natureza-sociedade. A perspectiva biocultural supõe a busca da complementaridade do ocidental: o desenvolvimento, progresso e crescimento e o indígena, originário e camponês: equilíbrio, respeito e carinho, através do diálogo de saberes que revaloriza o saber-fazer indígena, camponês em conversação com a ciência e tecnologia ocidentais: o diálogo intercientífico nos chamados Sistemas Endógenos Bioculturais (p.7).

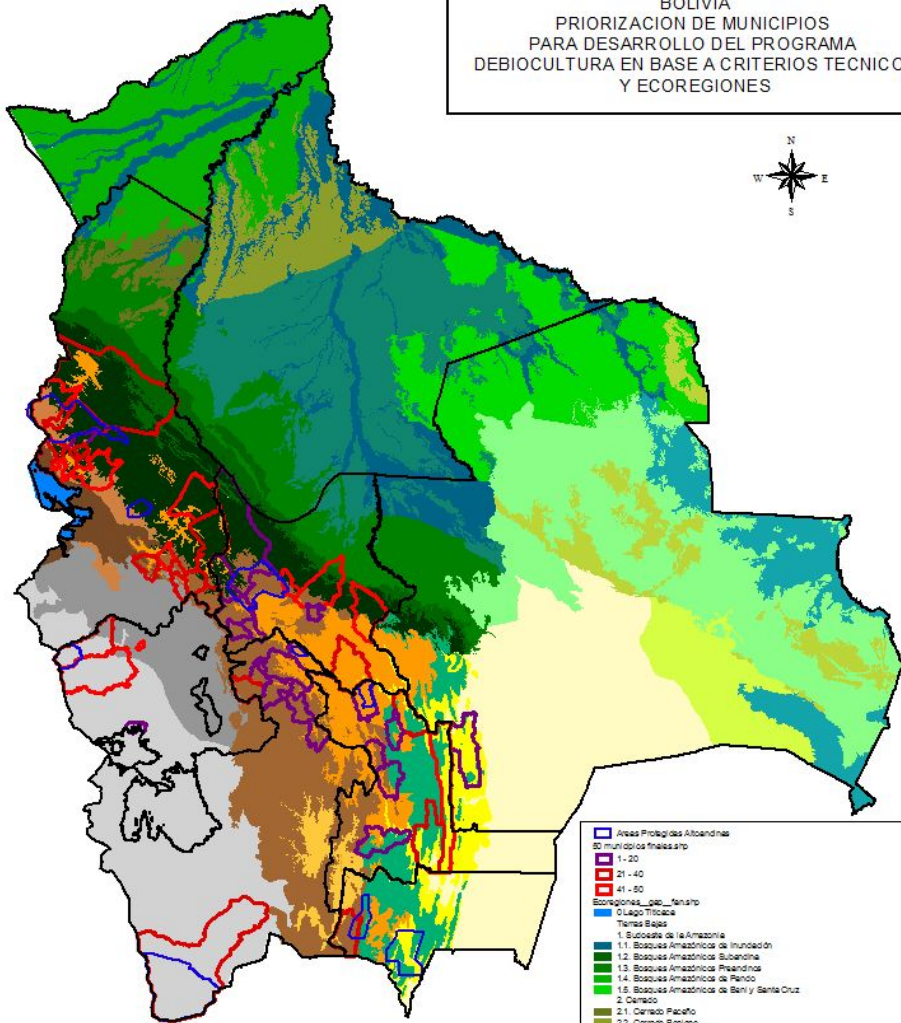
Os Sistemas Bioculturais, por sua vez, foram concebidos como o conjunto de saberes, práticas, estratégias e visões das comunidades indígenas e camponesas que possibilitam a interação com a biodiversidade e a Mãe Terra em seu conjunto, com a finalidade de satisfazer as principais necessidades comunitárias e recriar a vida nos territórios (p.7). Estes são as unidades básicas de intervenção e investimento deste projeto que contou com o financiamento da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação COSUDE – Bolívia (Cooperação Suíça na Bolívia).

No Plano Diretor dessa iniciativa (BOLÍVIA, 2009) se estabelece que o foco de atuação são as regiões andinas bolivianas. Lá se concentram os maiores índices de pobreza e, ao mesmo tempo, a maior diversidade biológica e cultural do país. A diversidade de culturas indígenas milenárias, assim como as recentes culturas mestiço-camponesas e de colonos, tem desenvolvido formas de vida intimamente ligadas aos diferentes ecossistemas. Isto se traduz em “paisagens bioculturais” (p. 10) que assumem um desenvolvimento de conhecimentos, valores, mecanismos e práticas de produção e consumo que são mais harmônicos com o meio ambiente que os modelos de produção intensiva e de consumo que a sociedade industrial tem promovido nas últimas décadas.

Diante do fracasso dos enfoques de desenvolvimento rural e de assistencialismo vertical aplicados por décadas no país – focados no aumento da produtividade e rentabilidade de cultivos tradicionais e na exploração de recursos florestais sem valor agregado – marginaram sistematicamente o desenvolvimento de cultivos, produtos e serviços não tradicionais derivados da biodiversidade, cuja rentabilidade naquele momento parecia ser apenas marginal e com mercados emergentes mas não consolidados (p. 11).

A região andina possui enorme riqueza cultural na diversidade de etnias que nela habitam: Quéchua e Aimará nos vales, Altiplano Central e norte; grupos Uru no Altiplano Sul, reconstituídos das culturas Leko e Mollo nos vales interandinos e subandino norte; Tacana e Mometén, Yuqui e Yuracaré que habitam o subandino norte e central; Guaranis que desenvolvem a sua vida no subandino sul; além dos distintos gru-

BOLIVIA
 PRIORIZACION DE MUNICIPIOS
 PARA DESARROLLO DEL PROGRAMA
 DEBIOCULTURA EN BASE A CRITERIOS TECNICOS
 Y ECOREGIONES



- Areas Protegidas Altoandinas
- 60 Municipios Inhabitados
- 1 - 20
- 21 - 40
- 41 - 60
- Ecoregiones_gao_fanarip
- Lago Titicaca
- Tarma Bajo
- 1. Sucesos de la Amazonia
- 1.1. Bosques Amazónicos de Inundación
- 1.2. Bosques Amazónicos Subandinos
- 1.3. Bosques Amazónicos Preandinos
- 1.4. Bosques Amazónicos de Páramo
- 1.5. Bosques Amazónicos de Beni y Santa Cruz
- 2. Cerrado
- 2.1. Cerrado Pacífico
- 2.2. Cerrado Beniense
- 2.3. Cerrado Chiquitano
- 2.4. Cerrado Chaqueño
- 3. Sabanas Inundables
- 3.1. Sabanas Inundables de los Llanos de Moxos
- 3.2. Sabanas Inundables del Pantanal
- 4. Bosque Seco Chiquitano
- 5. Gran Chaco
- Vertiente Oriental y Valles Interandinos
- 6. Yungas
- 7. Bosque Tucumano-Boliviano
- 8. Chaco Beniense
- 9. Bosques Secos Interandinos
- 10. Páramo
- Cordillera Alta y Altiplano
- 11. Puna Norteña
- 11.1. Puna Húmeda
- 11.2. Puna Semiárida
- 11.3. Vegetación Altoandina de la Cordillera Oriental con Pisos Nivales y Subnivales
- 12. Puna Sureña
- 12.1. Puna Baja
- 12.2. Puna Desértica con Pisos Nivales y Subnivales de la Cordillera Occidental

Fuente: Elaboración Propia en base a Criterios 1, 2, 3, 4, 5 y 6

Fonte: MMAYA/VMABCC-COSUDE (Bolivia, 2009, p. 40.).

pos de mestiços autodefinidos como camponeses quéchuas, aimarás ou colonos sem identificação étnica que estão presentes em toda a região andina (IBISCH e MÉRIDA apud BOLÍVIA, 2009, p. 9-10).

Além disso, os ecossistemas andinos estão presentes em 245 dos 327 municípios existentes na Bolívia e se nutrem de uma enorme diversidade biológica. Nesses territórios se encontram aproximadamente 14.000 espécies de plantas, mais de 325 espécies de mamíferos, 550 de peixes, 260 de répteis e 1.379 de aves (NAVARRO e MALDONADO, apud BOLÍVIA, 2009, p. 10).

Assim sendo, hoje essa mesma coincidência de riqueza cultural e biodiversidade característica da região andina constitui uma das bases e fundamento do desenvolvimento sustentável, econômico e social desses territórios onde não é possível dissociar o modelo de vida do sistema econômico e da geografia onde está inserido.

Na avaliação de Weyer (2017), entre 2009 e 2014 o programa Biocultura foi aplicado em 35 municípios do país, todos localizados no Altiplano e nos vales transversais, caracterizados pelo alto nível de biodiversidade e de pobreza endêmica. Os projetos financiados por essa iniciativa beneficiaram mais de 11 mil famílias, que incrementaram seus ingressos e melhoraram a sua alimentação. Os esforços pela preservação dos ecossistemas e a biodiversidade dos Andes se focalizaram em quase 10 mil hectares em quatro diferentes ecorregiões. Ademais, se aprimorou o manejo de oito áreas protegidas e de importância nacional. Apesar do investimento do governo, essas regiões continuam isoladas devido ao fato dos planos de desenvolvimento de transporte priorizarem a conexão entre cidades maiores e

corredores estratégicos, ao invés de povoados remotos.

Os resultados desse programa, também aplicado em outros países da região, como Peru e Equador, nos animam a refletir sobre o pouco que ainda temos avançado em países como Argentina e Brasil nesse tipo de iniciativa que são fundamentais diante os desafios complexos do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, nos questionamos sobre a ausência de reflexões densas e profundas de pesquisadores em políticas e gestão cultural para diálogos intercientíficos e interculturais tão urgentes no nosso continente.

Referências

BOLÍVIA, Estado Plurinacional de. Ministerio de Medio Ambiente y Agua - MMAYA/VMABCC-COSUDE. **Plan Rector del Programa Nacional Biocultura para la fase 2009-2013**. COSUDE: La Paz, 2009.

_____. Ministerio de Medio Ambiente y Agua. Viceministerio de Medio Ambiente, Biodiversidad, Cambios Climáticos y de Gestión y Desarrollo Forestal; Cooperación Suiza en Bolivia. **Los caminos de Biocultura. Vivencias y logros de una política pública**. COSUDE: La Paz, 2015. Disponível em: <http://www.bivica.org/upload/biocultura.pdf> Acesso em: 21 ago. 2018.

WEYER, Frédérique. La implementación del “vivir bien”: Resultados y lecciones del programa Biocultura de Bolivia. **International Development Policy | Revue internationale de politique de développement** [En línea], 9 | 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pol-dev/2502> Acesso em: 21 ago. 2018.

A DIVERSIDADE CULTURAL EM ÁFRICA: O CASO DO CASAMENTO TRADICIONAL NO GRUPO ÉTNICO TSONGA DO SUL DE MOÇAMBIQUE

Alexandre António Timbane

Florência Paulo Nhavenge

A África não é um país, mas sim um continente extenso composto por 56 países independentes com autonomia político-governativa. Na África, tal como acontece em todos os lugares do resto do mundo, há uma diversidade cultural e linguística (GREENBERG, 2010; MAHO, 2003). É o continente berço de toda a humanidade porque é lá que foram descobertos os primeiros vestígios dos nossos parentes mais antigos, os homo sapiens. A África e os africanos sofreram o processo de colonização e aculturação europeia, fato que ditou mudanças culturais rápidas. No séc. XXI, a aculturação é proveniente de todo o resto do mundo, impulsionado pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Apesar da África ser “o velho continente”, ainda é pouco conhecida ou compreendida pelo resto do mundo e, por isso, o preconceito colonial ainda provoca réplicas da ideologia colonial eurocentrista.

O presente artigo discute como o termo “cultura” se integra no espaço do grupo étnico tsonga e como o processo da aculturação proveniente da Europa influencia na mudança das práticas sociais. Especificamente, o artigo analisa o casamento tradicional, como prática social, assim como a relevância para os tsonga, abordando o valor cultural,

político e religioso. O casamento tradicional a que se refere o presente artigo é o dote localmente conhecido como lovòlò ou lobolo (forma aportuguesada). Dessa forma, questionam-se os valores que o lobolo tem no grupo étnico tsonga e seu impacto no séc. XXI. A hipótese principal é a de que os povos tsonga valorizam o casamento tradicional como herança cultural, mas devido ao processo de aculturação adotaram outros dois casamentos (religioso e civil) com o intuito de se adequarem aos contextos sociais e políticos modernos.

Não existe uma cultura homogênea em todas as sociedades porque a vida em sociedade é dinâmica e sempre há algum contato que aciona o fenômeno de subculturação, que resulta na aculturação. O ser humano é social e sempre se adapta às diferentes situações de vida e de convivência. A cultura é cultivada e protegida pelos membros da comunidade, mas também é vista como selvagem ou ultrapassada no tempo e no espaço por quem pretende dominar cultural e ideologicamente. Veremos esse aspecto com mais profundidade adiante.

O povo tsonga localiza-se geograficamente ao sul de Moçambique, ocupando as províncias de Gaza (composta por 14 distritos) e Maputo (composta por 8 distritos), além de parte de Inhambane, uma vez que os limites político-administrativos são diferentes dos limites culturais. Por isso, alguns tsonga podem ser localizados na África do Sul, na Suazilândia e no Zimbábue. Os nomes dos distritos de Maputo e Gaza correspondem aos nomes dos líderes/régulos locais que dominaram os espaços geográficos. Por exemplo, Chongoene e Bilene significam “terra dos régulos Lhongo” e “Bila”, Boane significa “terra do régulo Mbowene” e Chicualacuala significa “terra do régulo

Xikwalakwala Tchaúke filho de Tchemane”.

O português é a língua oficial de Moçambique, segundo o artigo 10 da Constituição da República de Moçambique (2004), tendo apenas 10,7% da população que o fala como língua materna. A maioria dos mais de 27 milhões de moçambicanos (INE, 2017) fala as mais de 20 línguas espalhadas pelo país (TIMBANE, 2013). Por isso, os moçambicanos são bantófonos “sob ponto de vista prático, social e concreto” (TIMBANE, 2013, p. 37) e lusófonos sob o ponto de vista político. Sendo assim, no espaço da comunidade do grupo tsonga falam-se três línguas: xitswa, xichangana e xironga. Essas línguas são inteligíveis, havendo diferenças importantes no léxico e na fonologia. Os povos tsonga são identificados por meio de características comuns: a) são povos bantu; b) resultam dos mesmos processos históricos; c) compartilham a mesma família de línguas e; d) partilham as mesmas crenças, tradições, ritos, gastronomia e até o conhecimento sobre a natureza. Sobre essa questão, Timbane (2014) apresenta mais aprofundamentos e detalhes.

Mas é importante trazer ao debate pesquisadores que aprofundam o conceito “cultura”, pois os debates sempre foram divergentes ao longo dos tempos. No século XVIII, o termo era empregado no singular, o que refletia o universalismo e o humanismo dos filósofos: a cultura é própria do Homem (com H maiúscula), além de toda distinção de povos ou de classes. A cultura “se inscreve então plenamente na ideologia do Iluminismo: a palavra é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época.” (CUCHE, 1999, p.21).



Foto: Wikimedia

Para o antropólogo inglês Edward Taylor, a cultura é um conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos inseridos numa determinada sociedade. A cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Para Santos (2006), a cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo, uma nação ou então de grupos no interior de uma sociedade. Mas também pode ser um conjunto de conhecimentos, de ideias e de crenças, assim como as maneiras como esse conjunto de conhecimentos se manifesta na vida social.

Para Cuche, “o processo que cada cultura sofre em situação de contato cultural, processo de desestruturação e depois de reestruturação, é em realidade o próprio princípio da evolução de qualquer sistema cultural. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução” (CUCHE, 1999, p.137). Se a cultura é instável, como é que a língua como parte integrante permanecerá estática? É claro que a língua vai acompanhar esse processo dinâmico da cultura. Uma simples saudação, segundo Timbane (2014), carrega elementos profundos de significação e de valorização da tradição. Em seu artigo “Análise sociodiscursiva da ‘saudação’ do grupo étnico-linguístico tsonga de Moçambique” demonstra como saudar é muito mais que saber como a pessoa está.

Cuche conclui que “não existem, conseqüentemente, de um lado as culturas ‘puras’ e de outro, as culturas ‘mestiças’. Todas, devido ao fato universal dos contatos culturais, são, em diferentes graus, culturas ‘mistas’, feitas de continuidades e de descontinuidades” (CUCHE, 1999, p.140, grifos do autor). Essa reflexão com a cultura nos leva a pensar que com a língua acontece a mesma coisa. Não existe uma língua pura. Uma língua é uma soma de várias línguas e sempre está sujeita à influência de outras.

No período colonial, o conceito de cultura estava ligado à civilização. A cultura era constituída por hábitos e costumes dos colonizadores, fato que desconsiderava a cultura dos povos nativos. As questões nação, raça, tribo e etnia têm marcado a História de Moçambique desde a origem dos movimentos de libertação (1962) até a atualidade. Os

discursos políticos ainda desencorajam o tribalismo, as práticas das tradições próprias das raízes africanas (MEDEIROS, 2008).

Para Antunes, “o povo tem uma identidade, que resulta dos traços manifestados em sua cultura na qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da linguagem verbal” (ANTUNES, 2009, p.19). A diversidade linguística que Moçambique tem denuncia a diversidade cultural. Na perspectiva de Lyons, a cultura é entendida como o “conhecimento adquirido socialmente: isto é, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de determinada sociedade” (LYONS, 1987, p.24). Dessa forma, tudo quanto aprendemos no seio social faz parte da cultura. Uma cultura é resultado de outras culturas e estas se entrelaçam e se misturam.

A aculturação forma novas e múltiplas culturas que se cruzam e se misturam no tempo e no espaço. Tal como Zilberman (2013) aponta, o continente africano recebeu uma aculturação forte dos europeus e dos asiáticos, de tal forma que algumas práticas se confundem. No contexto moçambicano não se pode falar de uma única cultura, mas sim várias culturas que, de certo modo, comungam dos mesmos princípios e regras aceites pela nação. A aculturação é entendida como sendo o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo direto ou indireto com outras culturas, que provocam mudanças das culturas iniciais nos grupos sociais (CUCHE, 1999). Segundo o mesmo autor, a aculturação pode ser (a) espontânea; (b) organizada, mas forçada; e (c) planejada. A aculturação organizada e planejada é difundida pelos meios de comunicação e das novas tecnologias. Os canais televisivos representam essa difusão da cultura europeia.

Se a televisão tivesse interesses nacionalistas poderia apresentar contextos reais africanos, tal como a sua cultura e tradições. Mas as novelas portuguesas, brasileiras, mexicanas (dubladas em português brasileiro) ocupam quase 80% da programação em Moçambique.

Cuche fala de “cultura de sujeição” e aprofunda que esta cultiva a passividade dos indivíduos e faz com que se submetam à realidade atual, proveniente de políticas governamentais autoritárias. A religião foi usada em muitos momentos da História de Moçambique e da África, como o espaço de deixar os povos africanos mais mansos, obedientes com relação à dominação e exploração colonial.

Por outro lado, existe uma cultura “participativa” que, de fato, é acompanhada da estrutura democrática. Nesse âmbito, o cidadão faz escolhas livre da cultura que pretende seguir, sem que haja intervenção governamental. Em muitos governos africanos (principalmente no Norte da África), o islã é a religião oficial do estado. Tunísia, Marrocos e Egito são exemplos claros da intervenção do governo na escola e submissão do resto da população à religião. Toda cultura política concreta é mista e os três modelos de cultura podem coexistir (ORTIZ, 2002).

Na cultura tsonga preserva-se mais o coletivismo do que a individualidade. Por exemplo, a criança quando nasce não pertence apenas à família, mas sim à comunidade. É tarefa de cada membro da comunidade garantir que ela cresça com saúde, amor e respeito exigidos no grupo. Assim, qualquer membro pode chamar a atenção (incluindo reprimir) da criança com comportamentos desviantes, mesmo em espaço público. A procriação não visa a manter a existência apenas da família,

mas da comunidade. No Brasil, só os pais da criança é que podem chamar atenção ou educá-la moralmente, mas “vira e mexe”, é a sociedade que critica quando essa criança adquire comportamentos desviantes.

Em outras palavras, quando é para ensinar a tarefa é dos pais, mas a cobrança é de toda a sociedade. Como a sociedade cobra comportamentos que não apoiou na construção? Parece contraditório, mas não cabe julgar, apenas respeitar da mesma forma que as práticas do grupo tsonga merecem. Logo, as diferenças nos dois casos provam como a cultura é uma criação constante de valores. A seguir, mostraremos como o casamento tradicional carrega elementos culturais fortes, que são vistos como atrasados e pobres por outras culturas. A cultura europeia reprime de tal forma que, hoje, o casamento tradicional é visto com preconceito e tende a ser realizado com menor frequência.

O grupo tsonga respeita a família como pilar da manutenção e preservação da sociedade. No grupo há três tipos de casamentos: o tradicional, o religioso e o civil. O mesmo casal realiza os três matrimônios e isso é compreendido como absurdo em algumas sociedades. E é assim que seus integrantes se comportam no séc. XXI, pois procuram se adaptar às mudanças sociais. Não entraremos em pormenores sobre os casamentos religioso e civil por questões de delimitação da pesquisa. Mas fica a ideia de que cada tipo de matrimônio vale no espaço que ocupa. Os casamentos religioso e civil chegaram com a modernidade, especialmente nos séculos XIX e XX. Antes da colonização e das independências, o casamento tradicional continha os outros dois (3 em 1), quer dizer, tinha o valor cultural, religioso (porque se informava aos antepassados através da cerimó-

nia de ku phalha) e civil (porque era reconhecido pelo régulo/líder da comunidade e nenhuma família poderia realizar a cerimônia sem o conhecimento do régulo).

Voltando para o objeto central do artigo, é importante deixar claro que o casamento tradicional (o dote), localmente conhecido por lovòlò ou lobolo (em português de Moçambique), é complexo, uma vez que exige um ritual próprio. O lobolo é uma prática em que o noivo oferece à família da noiva bens pedidos por essa. Primeiramente, é preciso compreender que há uma cerimônia que antecede o lobolo que se chama “ku bika” (anunciar), o que corresponderia ao “pedido de noivado”. Em português de Moçambique, essa cerimônia é chamada de “Apresentação”. Após a “Apresentação”, a família da noiva se reúne para redigir uma carta com os itens exigidos para a realização do casamento tradicional (doravante lobolo).

Dependendo de família para família, os itens mais comuns nos dias atuais são: a) para o pai da noiva: o terno, par de sapatos, camisa, gravata e bengala; b) para a mãe da noiva: saia, blusa ou vestido, par de sapatos, lenço para amarrar à cabeça e dois panos conhecidos como mukume e vemba; c) uma das tias da noiva: vemba, blusa e lenço; d) avó: vemba, lenço, blusa e rapé; e) avô: camisa e rapé; f) para a noiva: roupa completa da noiva, anel e o que o noivo quiser. Para além disso, é necessário comprar 1 litro de vinho ou de cachaça (para informar/comunicar aos antepassados), grade de cerveja ou outra bebida e apresentar dinheiro em espécie. O montante varia de família para família, a depender das condições financeiras do noivo. A noiva pode intervir, caso o valor marcado pela família seja exagera-

do ou fora da condição financeira do seu noivo.

Tanto na cerimônia de “ku bika” quanto de lobolo, o noivo não está presente no ato. Ele envia mandatários (de preferência familiares mais próximos) que podem ser tios, tias, cunhados e irmãs. Isso significa que o casamento tradicional não ocorre na presença do noivo, quer dizer, a resposta “sim” é ouvida pelos mandatários do noivo. Quem faz a pergunta “se a noiva quer casar e está disposta a morar com seu marido?” É um familiar escolhido pela noiva e é essa pessoa que recebe o dinheiro do dote e automaticamente assume a responsabilidade em devolver o dinheiro ao noivo, caso haja divórcio. Após essa cerimônia é marcada a hora ou data para a família da noiva levá-la à casa dos noivos junto com os bens dela. Essa cerimônia é chamada de xiguiane. É nesse momento que finalmente o casal se encontra.

Em todas essas cerimônias usam-se códigos secretos como por exemplo “viemos pedir água” ao invés de dizer “viemos fazer o pedido de casamento”; “batemos palmas” para dizer “adeus”; “viemos trazer o gado”, para informar que “viemos trazer os itens pedidos”; “partimos a pata da galinha”, para dizer que “a noiva está grávida e assumimos a culpa porque engravidou antes do lobolo”; “pulamos muro” para dizer que “o noivo desobedeceu alguma regra” etc.

Olhando para os procedimentos e o protocolo usado no casamento tradicional do grupo tsonga pode parecer que é uma cultura atrasada. Alguns detalhes podem não fazer sentido para a cultura europeia. Pessoas que desconhecem as práticas podem considerar que há venda ou tráfico da noiva. Outros podem julgar que a mulher é

vendida pela família e que ela é tratada como objeto. Olhando sob uma perspectiva da cultura europeia, esses argumentos são válidos e corretos. Mas sob o ponto da cultura daquele povo, a interpretação é bem diferente. São práticas que carregam sua cultura e identidade. Uma mulher lobolada carrega prestígio e respeito por ambas as famílias e possui direitos na nova família. Um homem que lobolou certamente terá maior consideração e respeito, não apenas pela sua família, mas também pela família da noiva e pela sociedade. Não se pode julgar uma cultura fazendo comparação com outra, porque cada prática responde aos interesses do seu povo (TIMBANE, 2014).

Respondendo à pergunta de partida, podemos afirmar que o lobolo é uma prática dos tsonga que deve ser preservada, uma vez que carrega uma identidade daquele povo. O sentido dos bens oferecidos é simbólico, pois o ser humano não tem nenhum preço. O que acontece é um gesto de gratidão, carregado de simbolismo entre as famílias. A hipótese principal da pesquisa se confirma pelo fato de os povos tsonga continuarem a valorizar o lobolo, apesar do impacto negativo das novas tecnologias de informação e comunicação. É necessário que as comunidades tsonga saibam selecionar as melhores práticas assistidas na televisão. A televisão tem muita informação e quem não sabe analisar pode conceber como verdade absoluta, impactando assim na mudança e desrespeito às práticas socioculturais.

Este artigo procurou discutir como a cultura dos povos tsonga é vasta e complexa, e quais valores ela carrega. Há uma tendência de criação de uma aldeia global em que as pessoas devem pensar da mesma forma, vestir a mesma roupa, falar a mesma língua, e até agir

do mesmo jeito. A diversidade é importante e torna o mundo mais alegre. Não é preciso andar calçado, ter um terno ou comer a garfo e faca para ser civilizado. A civilização está na mente de todas as sociedades. Cada prática tem a sua razão de ser. A noção de nudez é meramente ideológica do que verdadeiramente prática. Por exemplo, os povos indígenas usam adornos feitos de fibras vegetais, penas, peles de animais, palha e pinturas, mas jamais se sentem nus. Olhando para o lobolo nas tradições tsonga podemos afirmar que não existe uma cultura melhor que a outra, nem um povo melhor que o outro. O que os cientistas europeus chamaram de “conhecimento popular” é, em muitos momentos, um conhecimento científico que foi menosprezado pela cultura dominante. A cultura é o que é, e não o que deveria ser. Cabe a cada um respeitar sem colocar juízo de valor nem superioridade ou inferioridade de uma cultura em relação à outra. Mais não dissemos!

Referências

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

GREENBERG, Joseph H. **Classificação das línguas da África**. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. v.1. Brasília: UNESCO, 2010. p.317-326.

INE. **Instituto de Nacional de Estatística**. Recenseamento geral de população. Maputo: INE, 2017.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MAHO, Jouni. **A classification of the bantu languages an update of Guthries referential system**. in: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. (Ed.). The bantu languages. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003. p.639-650.

MEDEIROS, Eduardo. **Contribuição para o estado da arte das continuidades e mudanças em Moçambique: 25 anos de Estudos Moçambicanos-1980/81 a 2006**. 1. ed. Porto: CEAUP, 2008.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

ORTIZ, Renato. **As ciências sociais e a cultura**. **Tempo Social: Rev. Sociol.** USP, São Paulo, v.14, nº1, p.19-32, mai. 2002.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TIMBANE, Alexandre António. **A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique**. 318p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara. 2013.

_____. **Análise sociodiscursiva da “saudação” do grupo étnico-linguístico tsonga de Moçambique.** Educação, cultura e sociedade. Sinop, v. 4, n. 2, p. 90-105, jul./dez. 2014.

ZILBERMAN, Regina. **A África no discurso colonial português.** Conexão Letras. As línguas & as literaturas de língua portuguesa e brasileira / PPG do Instituto de Letras da UFRGS. v. 8, n. 9. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p.33-44.

O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA QUESTÃO DOS REFUGIADOS

Gustavo Fernandes Ambrosio

Cristina Schmidt

Resumo: o presente artigo trabalha uma reflexão teórica sobre os refugiados com enfoque metodológico das políticas públicas e da cultura. Uma aplicação do modelo teórico do ciclo e análise de políticas públicas e a sua importância para a compreensão dessa temática contemporânea e o papel da esfera do Estado.

Introdução

Para as Ciências Sociais, especificamente a Antropologia e a Sociologia, a cultura é resultante de um conjunto de interações (conflitos, barganhas ou consensos) entre diferentes grupos ou classes sociais. Toda cultura, em essência, tem seu significado construído no âmbito das relações entre os indivíduos em sociedade, expressando uma dimensão coletiva. Em *Cultura e Sociedade*, a renomada estudiosa Marilena Chauí apresenta um panorama histórico das origens e formação da noção de cultura. Cultura (originalmente) – “colere”, ideia de cultivo, a cultura era concebida como ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar,

frutificar, florescer e cobrir de benefícios. (CHAUÍ, 2009, p. 24).

Chauí afirma que a cultura, ao longo do tempo, torna-se critério para avaliação do grau de civilização inserido em um contexto social. As relações humanas, em geral, encontram-se situadas no âmbito da cooperação ou do conflito. A neutralidade não se manifesta de maneira objetiva no conjunto das relações humanas. A política intervém nessas relações, cabendo a ela ser um meio de mediação. A política é, fundamentalmente, uma prática cultural. Outro aspecto fundamental relacionado a política, envolve o seu exercício, a práxis política está estreitamente relacionada à capacidade de exercício de poder.

O Estado, enquanto organização social e política, necessita fundamentalmente exercer poder para alcançar seus objetivos, tendo como pressuposto essencial a administração da coisa pública (de todos) por meio de políticas públicas. Essa reflexão tem por base dois eixos de análise: o primeiro consiste no conceito de políticas públicas, na perspectiva de compreender o que é governo, e quais as condições mínimas de governabilidade na questão complexa dos refugiados. O segundo eixo ensaia uma problematização de um ciclo de política pública, partindo da premissa da governabilidade e a sua capacidade de formar uma agenda pública multicêntrica.

A concepção de Leonardo Secchi a respeito das políticas públicas, encontra-se orientada por três questões fundamentais: a primeira, se políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais, ou também por atores não estatais? A segunda refere-se a omissão e a negligência, como possibilidades de políticas públicas. E, a tercei-

ra, diz respeito ao nível de diretrizes, se apenas as estruturantes, de um nível estratégico, ou as mais operacionais podem ser consideradas políticas públicas? (SECCHI, 2013, p.2).

Como premissa, ao pensar-se sobre políticas públicas para refugiados, a primeira questão pressupõe uma perspectiva como fundamental: a multicêntrica em detrimento da estadocêntrica. Se a abordagem estadocêntrica é reconhecida como aquela que a política pública emana apenas do poder estatal, ou seja, do Estado e de suas esferas legalmente constituídas, por outro lado, a abordagem multicêntrica, admite-se protagonismos múltiplos de formas de organizações: não-governamentais, privadas e de interesse difuso e coletivo. Nesse caso são reconhecidas várias esferas de formulação da política pública, ampliando seu caráter de governança e de uma agenda pública.

A segunda questão fundamental, pontuada por Secchi, faz relação direta com a perspectiva de que o Estado, através das esferas de governo, pode tomar para si a política como ação ou inação. E, dessa forma, a diretriz pode ou não ser implementada (SECCHI: 2013, p.6).

Ao se considerar a terceira questão, o economista chileno Carlos Matus, ex-integrante do governo de Salvador Allende, ressalta que para compreender a realidade e tornar-se capaz de prever sua evolução é preciso desenvolver a capacidade de “cálculo interativo” ou “juízo estratégico”. É, para isso, necessário conhecer o contexto nas relações de conflito, negociação e consenso (MATUS: 1996a, p. 158).

Carlos Matus afirma que a problemática do planejamento em relação

à arte de governar é formulada cotidianamente. Nesse sentido, a produção social deve ser entendida como um jogo, em que muitos atores não obedecem à mesma ordem. O planejamento, visto estrategicamente, não é outra coisa senão a ciência e a arte de construir maior governabilidade (MATUS, 1996a, p. 50).

Governo corresponde a escolher uma direção, ter a capacidade de persistir e estabelecer uma relação rumo à eficácia. A governabilidade sempre exige algum cálculo em relação ao futuro. Matus alerta que governar é um problema muito complexo para ser abordado apenas pela “experiência política”. O projeto de governo necessita ser formado pelos objetivos do ator. São as suas propostas de ação - o que é possível fazer. A governabilidade do sistema é a relação entre as variáveis que o ator controla, assim como as que não controla. Quanto menor o número de variáveis sob controle do ator, menor a sua governabilidade. E, por último, a capacidade de governo. Essa variável engloba a capacidade de gestão, administração e controle, em suma, consiste na capacidade de gerar e comandar ações (MATUS, 1996a).

Como pode ser observado, o triângulo de governo de Matus estabelece três vértices: projeto (estabelecendo objetivos e meios, conteúdo propositivo e projeto de ação); capacidade (perícia para dirigir, o acervo de técnicas e métodos e habilidades para conduzir o processo social) e governabilidade (grau de dificuldade, grau de liberdade do ator – o capital político que possui e a relação entre o peso de variáveis que controla e que não controla). Participar de maneira efetiva do jogo social requer que o ator, a cada jogada, mantenha ou aumente o seu controle sobre os recursos escassos.



(Ilustração feita pelo autor, baseado em Matus, Carlos. Política, Planejamento & Governo)

O ciclo de política pública para os refugiados

Estabelecida uma reflexão sobre a governabilidade, cabe destacar a compreensão de um ciclo de política pública a fim de contextualizar de maneira mais eficiente, eficaz e efetiva a questão dos refugiados. O primeiro passo consiste na formação da agenda, um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes, como problema público.

O relatório “Tendências Globais”, que registra o deslocamento forçado ao redor do mundo com base em dados dos governos, de agências parceiras e do próprio ACNUR, aponta um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos até o final de 2015 – um aumento de quase 10% se comparado com o total de 59,5 milhões de pessoas deslocadas registradas em 2014. Esta é a primeira vez que os números de deslocamento forçado ultrapassaram o marco de 60 milhões de pessoas (ACNUR, 2016). Comparado com a população mundial de 7,349 bilhões de pessoas, estes números significam que 1 a cada 113 pessoas é hoje solicitante de refúgio, deslocado interno ou refugiado – um nível sem precedentes para o ACNUR. No total, existem mais pessoas forçadas a se deslocar por guerras e conflitos do que a população do Reino Unido, da França ou da Itália.

Durante o painel “O Mundo em Refúgio: Inovar para Integrar”, o assistente de Proteção do ACNUR, Vinícius Feitosa, apresentou estatísticas que surpreenderam o público: o Brasil recebeu 28.670 pedidos de asilo em 2015 e acolhe quase 9 mil refugiados já reconhecidos. No entanto, a população de deslocados acolhida aqui é muito inferior à de outros países. (ACNUR, 2015). O conjunto de atores estatais e não-estatais envolvidos, assim como a dimensão da população envolvida, exigem um processo de formulação de política pública em todos os níveis ressaltados por Matus.

A segunda etapa do ciclo é a de formação da agenda decisória. Essa agenda pode ser entendida como um conjunto de problemas encarados como relevantes pelos atores envolvidos com a política. Conforme destaca Secchi (2013, p. 46), a agenda pode ser concretizada em

um programa de governo, um planejamento orçamentário ou mesmo um estatuto partidário.

A fase de implementação é apresentada por Secchi (2013, p.55) como “aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações”. Cabe visualizar os obstáculos e as falhas que costumam acometer a política pública, erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e otimismo exagerados. Secchi e Matus entendem que a implementação pressupõe funções administrativas, como lideranças e coordenação de ações, em que estas são colocadas à prova.

Por último, a etapa de avaliação da política pública na validade das propostas para a ação pública, seguindo: os critérios (mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos); os indicadores (artifícios ‘proxies’ criados para operacionalizar os critérios (input, output e resultado - outcome); e os padrões (parâmetros que dão referência comparativa aos indicadores) (SECCHI, 2013, p.63).

Considerações finais

Ao mesmo tempo que é função do Estado garantir o conjunto de direitos, eles não podem estar submetidos a uma condição de mera autolimitação do Estado, pois, sim, são frutos de longas lutas e revoluções, e do próprio caminhar do processo histórico que a humanidade trilha. No que se refere ao acesso aos direitos de pessoas refugiadas, são necessárias algumas considerações em relação ao seu contexto social e político contemporâneo e a importância desses aspectos no en-

tendimento da relevância para as políticas públicas. O rigor metodológico e o aspecto técnico na elaboração e implementação de políticas públicas se faz absolutamente necessário, como pode ser observado.

A inserção dos refugiados na categoria de “membro integral” de uma comunidade (e, portanto, do que é ser cidadão) varia de acordo com os valores da sociedade em questão, ou seja, é um processo cultural, por excelência, estabelecido em condições específicas ao grupo social ou categoria específica. Negar a sua existência é, em sentido específico, deixar de ampliar o aspecto universal da nossa cidadania. Esta corresponde a um conjunto de direitos culturais, pertencentes a um rol que vem aumentando a cada dia, sendo considerados essenciais ao ser humano. Dentre os quais estão a visibilidade e protagonismo aos diferentes grupos de refugiados, o que possibilita uma ampliação de direitos e políticas públicas mais progressistas, que visam a uma preocupação maior com os processos e critérios de implementação.

Referências

ACNUR. **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**. Disponível em <[>, acesso em 20 de setembro de 2017.](http://www.acnur.org/t3/portugues)

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia** -- 2 ed. Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon. Salvador, 2009

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor Presidente**. Governantes governa-

dos. São Paulo: Edições Fundap, 1996a.

Relatório “**Global Trends: forced displacement 2015**”. Disponível em <<https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf>>.pdf, acesso 05 de agosto de 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ARCHITECTURE OF EMPTINESS IN FAVELAS: GREEN WALLS AND INDIGENOUS GRAPHISM AT MACQUINHO | MORRO DO PALÁCIO, BRAZIL

Dinah Papi Guimaraes

Abstract: the joint proposal of MACQuinho (social educational project by Oscar Niemeyer) and the Federal Fluminense University aims the implantation of Urban Gardens allied to prototypes of Indigenous Graphisms in the favela of Morro do Palácio, Niterói/RJ.



Green Wall inspired by Bioclimatic Indigenous Architecture. School of Architecture and Urbanism-UFF, 2016.

Transcultural Logic and Common Goods in Architecture and Urbanism

The project analyzes the Brazilian participative urban space created in 2013, defined by the political and cultural performance of a new middle class articulated by networks, aiming to contribute to the joint knowledge of academics, artists, hackers and activists in the sense of establishing a language capable of expressing the multifaceted world of common goods. Procomún (Commons) is a new term that seeks to express a very old idea: that some assets belong to everyone and together they form a community of resources that should be actively protected and managed. That community consists of things we inherit or create jointly and hope to leave to future generations including philosophy, ecology, hacktivism, law, architecture, design, urban planning, art, journalism and economic policy. In the transcultural logic - defined by the transformations that occur in the friction of distinct cultures -, academic knowledge in architecture and urbanism turns to a discussion in the field of anthropology and digital technologies, aiming at finding viable solutions to the current impasse of Brazilian megacities relating the occupation of the public space, housing and mobility that define the quality of urban life.

The project explores the logics of urban design responsible for spaces of socioeconomic exclusion and disciplinary schemes of public-private control. It contrasts Brasília's occupation with daily violence in Rio de Janeiro, comparing the modern design of the capital with spaces of power, and updating of a supposed citizenship by focusing on the architecture of favelas. The self-reflexive aesthetics that structure the

hyper individualist consumption encouraged by the digital universe symbolizes a relevant vector for the identity affirmation of individuals, leading them, in real time, to the political participation of spectacular character reified by the mass media. The transcultural field study intends to exchange the academic university language with the popular language of favela builders, and the inhabitants of Morro do Palácio discussed in the seminar “Bioclimatic Indigenous Architecture” ministered at MACquinho by the faculty of the Federal Fluminense University.

The Pilot Project of Green Walls and Indigenous Graphism focuses on issues of transcultural communication through technical innovation, aesthetics, and ecological sustainability at MACquinho, Secretary of Technology, City of Niterói/RJ. Emphasizing a reflexive exercise in critical self-assessment based on the analysis of typical constructions of Brazilian indigenous cultures (“ocas” or longhouses), and in pursuit of the promotion of a culture of peace and nonviolence, of global citizenship and the appreciation of cultural diversity, the project was carried out on April 29, 2017 by students of Architecture and Urbanism in Federal Fluminense University, amid the tension generated by the death of a representative of drug trafficking by the police that had taken place about ten days ago. The manifestation of urban violence has raised tensions that have apparently already been resolved in the relationship of residents with the barracks of young traffickers occupying the community. This project featured dance and handicraft by Fulni-ô Indians, aiming to ensure that residents of that community and university students could acquire the knowledge and skills necessary to promote a sustainable lifestyle, by emphasizing artistic activities and performances of arts and crafts, music, and dance.



Fulni-ô Indians' Performance. Photo Jefferson, MACquinho 2017.

Framework Urban Networks at Digital Platform of MACquinho

The methodology of the project was carried out with the Urban Digital Platform of MACquinho, and it is based on a critical urban reading that elects the city as a laboratory and field of digital experimentation, through the analysis of localized experiences that carry the intention of changing public spaces from new architectural interventions. Focusing on the occupation of Brazilian megacities by groups of demonstrators organized through networks, the research emphasizes action on the microscale based on social practices and collective appropriations, drawing attention to the importance of bottom-up initiatives in urban landscape setting. The tactic of the project focuses on the survey of a CONCRETE SPACE / CONTEXT defined by hollow occupations

Emptiness as spaces that form an urban waste beneath viaducts, alleys, elevated streets, pillars, sheds, and iron fences. The focus of the research will cast its gaze along the networks that represent instigating examples of how population spontaneously transforms, sometimes transgressively, technical artifacts into active places for political-cultural participation and for playful-creative manifestations in urban everyday life with the creation of public gardens in the cities of Rio de Janeiro and Niterói. The project prioritizes the public domain in specific scopes of urbanism as being composed by places where the exchange between different social groups becomes possible and where everyday life happens. It also emphasizes roughness as what is left of the past as concrete urban forms, built spaces and landscapes, and what remains of the process of suppression, accumulation, and superposition of things accumulated everywhere.



Conclusion: Green Walls and Indigenous Graphism in Empty Spaces

The project emphasizes the following theoretical issues:

- 1) Cities as Adaptation between Private Rights and Public Responsibilities: Land Tenure in the Favela, Informal Housing, and the Process of Gentrification.
- 2) Three-dimensional Mass of Buildings: Hard Spaces x Empty Spaces.
- 3) Scale of Buildings and in its Surroundings: Public Spaces x Private Spaces of the Museum of Contemporary Arts- MAC, MACQuinho, and Morro do Palácio.
- 4) Environmental Sustainability: Lack of Urban Infrastructure and Urbanism.

Defying Innovative Urban Design Language in the Favela:

In order to achieve originality of designing Green Walls and Indigenous Graphisms, the project prioritizes the quality and relevance of the knowledge it brings to favela inhabitants, by generating social-economic value to its result products.

New Codifications of Democratic Public Spaces in the Favela:

Revitalization of “Beco da Paz” (Peace Alley), regaining its place as an active space for exchanges and meetings. There occurred a trans-cultural dialogue with collective discussions that preceded the project and had determined the main activities suggested by the inhabitants of Morro do Palácio, Niterói/RJ.

Concrete Space | Context:

Creation of a VOCABULARY OF EQUIPMENT IN THE EMPTINESS, with the capacity of absorbing diversity. Previously considered as the background, the new space became front in relation to the environment, created with the provision of a Green Wall and Indigenous Graphism at Wilma's Bar. The transcultural dialogue established between university professors and favela residents allowed houses to open balconies to the square, as the sidewalk turned a collective bed. The emptiness was delimited by self-constructions where previously existed a lack of meeting and leisure areas.



Trading | Opening

Adding natural equipment (Green Walls, Community Gardens, and Prototypes of Bioclimatic Architecture) capable of activating the emptiness, based on uses suggested by residents of the nearby environment. The methodology of Urban Design in the Favela ultimately includes the creation of a VOCABULARY OF EQUIPMENT IN THE EMPTINESS, with the capacity of absorbing diversity by establishing experimental production of prototypes designed by architects, in collaboration with joint partners, and builders of Morro do Palácio, Niterói/RJ.

To glimpse the new Brazilian urban participatory space, defined by the political-cultural performance of a new middle class articulated by urban vegetable roofs and green walls the project adopts the methodological proposal of walking around (CARERI, 2013, p. 7), or walking as a way of creating landscapes, urban interventions, or as an aesthetic practice. It will establish urban walking itineraries centered in places of sustainable occupation, trying to define which are the public spaces chosen to be traveled, occupied, interfered, and reproduced in televised images, and disseminated through the internet. Ultimately, the purpose of the project relates opening the debates with favela inhabitants around the validity of design and construction of prototypes of Green Walls and Indigenous Graphism at MACquinho by faculty members of the University Federal Fluminense, counting on the participation of more than 400 builders of Morro do Palácio, Niterói/RJ. Relating the value of intangible heritage with innovative public university activities and counting on the participation of the Secretary of Technology, Niterói City Hall as well, the project has the

actual objective of ensuring an inclusive education by promoting technical learning for construction opportunities to Morro do Palácio inhabitants. This ongoing transcultural proposal proposed by MACquinho and the School of Architecture and Urbanism at Federal Fluminense University, focuses on academic interventions as relevant assets to explain and predict the behavior of territories and organizations of favelas by privileging the implementation of Green Walls and Indigenous Graphism, allied to the production of bioclimatic architectural prototypes (bamboo, wood, clay, vegetable fibers etc.). The working methodology of the group involved in the project revolves around a practical-theoretical seminar ministered at MACquinho Auditorium, as an academic activity of PROEX (Pro-Rectorry of Extension) at Federal Fluminense University.

References

CARERI, Francesco. **Walkscapes: O Caminhar como Prática Poética**. São Paulo, Gustavo Gili, 2013.

GUIMARAENS, Dinah (org.). **Estética transcultural na universidade latino-americana: Novas práticas contemporâneas**. Niterói, Eduff, 2016.

GUIMARAENS, Dinah; CARVALHO, Marina Vasconcellos de. **Nuevo espacio público urbano. Negro bloques, rolezinhos e indios del Pueblo (Aldeia) Maracanã in Vivir la Ciudad: Nuevas miradas sobre el patrimonio**. Buenos Aires, Cicop, Argentina, 2014, pp. 181-192. e-book, isbn 978-987-23112-6-1.

GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Arquitetura Kitsch Suburbana e Rural**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

ORTEGA, Felipe; RODRIGUES, Joaquin. **El Potlatch Digital: Wikipedia y El Triunfo del Prócomun e El Conocimiento Compartido**. Madrid, Cátedra, 2011.

LA DIVERSITÉ CULTURELLE ET HUMAINE AU CŒUR DU TERRITOIRE FLUP: LA FÊTE LITTÉRAIRE DES PÉRIPHÉRIES À RIO DE JANEIRO

Bruna Torres Sobral

Résumé: la fête est une manifestation culturelle inscrite au territoire de forte importance dans la promotion de la diversité culturelle et humaine. Elle fait partie du scénario culturel brésilien depuis l'époque coloniale. Il s'agit d'une forme de manifestation qui sert à maintenir les traditions d'un peuple et à représenter le renouveau culturel, à travers le dialogue. Alors, promouvoir la diversité culturelle et humaine permet l'enrichissement de la biodiversité.

La fête est, parmi toutes les festivités, celle la plus démocratique. À l'instar des festivals, qui sont tenus généralement dans des espaces fermés, les fêtes se déroulent souvent dans l'espace public. Une fête axée sur la culture — cinéma, littérature, musique, théâtre —, qui s'inscrit dans le calendrier culturel d'une ville, est un appel à la rencontre entre les différents groupes sociaux. À partir de cette perspective, d'une part on pourrait caractériser les fêtes comme étant un moment social de suspension de l'ordinaire, un moment dans l'espace-temps où l'image de la cohésion sociale est mise en avance (GARAT, 2005).

D'autre part, elles sont une forme de maintenir les traditions culturelles d'une région, élément du patrimoine culturel d'un peuple.

Ce qui nous semble commun aux fêtes et les différentes façons de l'aborder c'est son inscription temporaire au territoire. Dans cette perspective, tisser les liens entre la culture et le territoire relève la pluralité d'identités et d'expressions parmi lesquelles on fait de la culture. Il s'agit ici d'une conception élargie de culture, c'est-à-dire culture non seulement comme « arts » mais aussi comme une manifestation culturelle du territoire, une culture produite hors des équipements culturels traditionnels. La notion de culture dans sa conception anthropologique, qui comprend le pouvoir symbolique des rituels d'un peuple et des rapports historiques entre les différentes ethnies et groupes sociaux. Le monde où l'on vit et fait culture se passe au territoire.

Le concept de « territoire », utilisé souvent par la géographie mais repris par d'autres champs scientifiques, a comme sens premier l'espace physique. Toutefois, le territoire est également porteur de symboles, c'est l'espace où l'on échange avec l'autre, c'est un endroit de sociabilités, « endroit d'échanges matériels et spirituels » comme l'a formulé le géographe brésilien Milton Santos (1999). C'est pourquoi l'endroit où l'on inscrit une fête est un choix symbolique car les liens tissés entre culture et territoire relèvent de l'identité. Un individu, un groupe renforce son appartenance à un territoire de manière importante à travers la culture et les rapports avec l'autrui. C'est fondamentalement dans le rapport avec l'autre que nous construisons notre identité.

Au Brésil, les fêtes populaires sont des manifestations traditionnelles

des identités culturelles brésiliennes. La plus grande fête populaire au Brésil, voire dans le monde, c'est le Carnaval. Les fêtes brésiliennes sont nombreuses et diverses entre elles, chacune est ancrée dans une tradition particulière d'une différente région du pays. Cela dit, il est important de constater que le paysage culturel brésilien est, depuis l'époque coloniale, composé par les fêtes. Or, depuis cette époque la fête est une représentation de la diversité culturelle brésilienne, le Carnaval à Olinda n'a pas les mêmes caractéristiques que celui de Rio de Janeiro, chacun relève d'une matrice culturelle, de ses propres expressions et rituels.

La FLUP, créée en 2012, est une fête urbaine carioca. Elle se déroule tous les ans, depuis 2012, dans l'espace citadin, endroit d'entrecroisement des différentes manières d'être dans le monde et des cultures. C'est une fête qui met en valeur les cultures des périphéries urbaines de l'espace métropolitain de Rio de Janeiro, qui sont par ailleurs marginalisées dans l'imaginaire socio-urbain, et disputées symboliquement dans les médias. D'une part, le terme « périphérie carioca » renvoie à l'image des espaces extrêmement violents marqués par l'action du narcotrafic, un terme généralisant qui réduit les quartiers populaires à une catégorie unique. Dans d'autres occasions, il s'agit des territoires représentés comme « extraordinaires » expression qui joue avec ce qui est « différent » dans le style de vie des habitants de la périphérie. Un discours qui finit par rendre exotique les périphéries et leurs habitants.

Toutefois, les périphéries et favelas de Rio de Janeiro ne sont pas d'espaces socio-culturellement uniformes. Ce sont des territoires hé-



Foto: Philip Ritz / Creative Commons

térogènes, constamment en processus de changement, ce qui nous oblige à les regarder en dehors des catégories fermées, binaires et généralistes. La FLUP a été créée à partir du désir des organisateurs d'insérer les artistes de la périphérie dans la scène littéraire et culturelle brésilienne et internationale. Alors, les périphéries de Rio de Janeiro donnent un sens à cette festivité car c'est son territoire d'attachement. Faire un festival littéraire dans les périphéries avec une programmation qui prône la diversité signifie concevoir ce territoire comme un espace actif, vivant, où l'on fait de la culture. Cela rompt avec un modèle élitiste de concevoir la culture comme appartenant seulement aux classes sociales plus aisées.

Depuis 2012, la FLUP ne s'est déroulée que dans les périphéries de la métropole. En ordre chronologique : Morro dos Prazeres (2012), Morro da Babilônia (2013), Mangueira (2014), Vigário Geral (2015), Cidade de Deus (2016) et Vidigal (2017). La fête littéraire des périphéries a eu des différents contours à chaque édition, une fois que chaque année a mis en lumière une nouvelle pratique culturelle réalisée dans les périphéries, ce qui fait que la FLUP ait eu une programmation diversifiée au cours de ses sept éditions. En 2012, on a organisé une batalha do passinho au sein de la fête ; en 2014, à la favela da Mangueira, dans la zone centrale de Rio, la FLUP a ajouté le poetry slam à sa programmation. En adoptant des contours différents tous les ans, il s'agit d'un événement qui met en valeur non seulement les pratiques littéraires dans le sens traditionnel de la littérature — la lecture des livres — mais aussi les pratiques culturelles de la jeunesse des favelas au-delà de la littérature, tout en renforçant l'identité culturelle des périphéries et le style des quebradas.

Diversité Culturelle Et Humaine Et Politiques Culturelles

La Convention de l'Unesco de 2005 sur la protection et promotion de la diversité des expressions culturelles a été ratifiée par le Brésil en 2007. Cette convention est considérée un instrument normatif de l'agenda international qui marque l'importance des échanges culturels et interculturels afin de construire une société plus démocratique. Or la construction d'une société plus démocratique passe par le respect et la valorisation des diverses expressions culturelles. La convention de 2005 est, dans cet angle, un instrument fondamental pour la mise

en œuvre de politiques culturelles, nationales et internationales, formulées en ayant comme point de départ la promotion et protection de la diversité culturelle. Cette dimension démocratique est particulièrement visible sur l'article 11 qui évoque l'importance de la participation de la société civile pour atteindre les objectifs de la Convention.

En effet, afin de renforcer la culture dans son aspect tridimensionnel, culture en ayant une dimension symbolique, économique et citoyenne, il est important que la société civile participe davantage dans la formulation des politiques culturelles ainsi que dans la promulgation de la convention auprès de la société. Dans cette perspective, les cultures des périphéries se sont consolidées comme des expressions qui donnent de la visibilité aux différentes expressions artistiques qui mettent en valeur le style et l'esthétique des périphéries. De plus, le renforcement de ces acteurs dans le scénario culturel est un moyen de dénoncer les questions politiques et sociales de ces territoires, ceux-ci négligés au sein de la ville et à l'égard des politiques publiques au niveau local et national, ce qui amplifie la participation aux débats politiques.

Les manifestations culturelles telles que la FLUP remettent en cause l'idée de la périphérie comme consommatrice d'une culture produite dans les zones privilégiées, soit économique et socialement. Les artistes qui vivent dans les périphéries, à travers leurs chansons, leurs productions audiovisuelles, leurs récits poétiques sur les favelas sont au cœur de cette fête, ce qui démontre une périphérie qui produit sa propre culture. La culture est ici conçue de manière élargie, elle se produit sous différentes formes d'esthétiques et mélanges : la poésie

qui parle de la réalité des favelas ; le passinho do funk, produit d'une combinaison entre le frevo e le funk; la littérature orale accompagnée de l'expression corporelle en toute sa puissance du poetry slam.

Toutes ces formes d'expression culturelles sont en dialogue avec les cultures produites par d'autres groupes sociaux, des individus d'autres nationalités venus non seulement pour « voir comment vivent les pauvres » mais pour échanger, écouter, partager. La diversité culturelle revendiquée par la FLUP ne signifie pas enclôner les poètes, musiciens, écrivains des périphéries sous leurs différences, mais rendre possible un espace de dialogue entre les différentes expressions culturelles.

Le Brésil est l'un des pays où la diversité des peuples, langues et cultures est la plus vaste au monde. Cette diversité s'exprime aux territoires à travers la diversité humaine et les différentes modes de vie et échanges quotidiens. C'est dans les territoires où nous faisons culture, en tissant nos liens de sociabilité. Il s'agit ainsi d'un concept repris à la fois par les sciences naturelles et les sciences sociales. Le territoire utilisé, conçu par Milton Santos (2005), est le territoire humain, celui qui serait un outil pour penser la culture, les identités culturelles des territoires et plaider l'importance du respect et de la promotion de la diversité culturelle. À l'heure actuelle il devient de plus en plus important la protection des différentes formes d'expressions culturelles. Cela se donnerait notamment à travers une amplification de la participation des différents groupes sociaux dans la conception des politiques publiques pour la culture ainsi que dans la reconnaissance des acteurs culturels des territoires comme légitimes.

Dans le contexte de la mondialisation, où les sociétés deviennent de plus en plus complexes, il devient impératif formuler et mettre en place des solutions plus élaborées. Porter un regard envers la diversité doit ainsi être au cœur non seulement des politiques culturelles mais aussi dans toutes les politiques publiques, que ce soient nationales ou bien internationales. Dans un monde qui fonctionne sous une logique d'uniformisation contrôlée par les lois du marché, il nous semble important de renforcer les valeurs de la diversité culturelle afin de ne plus typifier les territoires urbains comme les favelas. Développer et soutenir un festival dans les périphéries signifie démontrer les mélanges et l'hétérogénéité de ces espaces et des personnes qui y vivent. La nouvelle génération qui danse le passinho, qui déclame la poésie au Complexo do Alemão est aujourd'hui fière de vivre dans les favelas ; elle a découvert le plaisir de faire partie de son quartier. Ce mouvement rend plus forte la participation de ces individus dans les débats politiques ainsi qu'au scénario culturel du pays.

Le développement humain repose ainsi sur la diversité des êtres humains, des cultures et du monde que nous entoure, comme l'a dit l'anthropologue Arjun Appadurai:

Les êtres humains sont les acteurs principaux de ces équilibres, et si leur diversité s'appauvrit, il en va de même du trésor de conceptions morales reliant le bien-être moral et le bien-être matériel. Ainsi, la diversité culturelle est une garantie puissante de la biodiversité. (APPADURAI, 2003, p. 16)

Dans ce contexte, la fête en tant que manifestation culturelle ne serait pas uniquement une célébration éphémère qui transmet l'image de la cohésion sociale. Une fête telle que la FLUP est un moyen de promouvoir et d'assurer la diversité. C'est la raison principale pour laquelle les fêtes doivent être regardées comme étant plus qu'un projet ponctuel et devrait être structurées dans le corps des politiques publiques nationales pour la culture, étant ce dernier le principal moyen d'assurer la diversité culturelle et humaine.

Références

APPADURAI, Arjun. « **Diversité et développement durable** ». In: Diversité culturelle et biodiversité pour un développement durable. Table ronde de haut niveau organisée conjointement par l'UNESCO et le PNUE le 3 septembre 2002 à Johannesburg (Afrique du Sud) à l'occasion du Sommet mondial pour le développement durable. Paris, 2003. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001322/132262f.pdf>>. Consulté le 18 août 2018.

GARAT, Isabelle. **La fête et le festival, éléments de promotion des espaces et représentation d'une société idéale**. Annales de géographie, vol. 643, no. 3, 2005, pp. 265-284.

SANTOS, Milton. « **O dinheiro e o território** ». In: GEOgraphia. Ano.1. N 1. São Paulo, 1999. <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>>. Consulté le 15 août 2018.

_____. « **O retorno do território** ». In: OSAL : Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005. <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>16>. Consulté le 16 août 2018.

UNESCO. **Convention sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles**. Unesco, 2005.

DIVERSIDADE CULTURAL NAS TERRAS DOS DIAMANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA – DIAMANTINA

Parísina Éris Ilíade Tameirão Ribeiro

Resumo: o presente trabalho aborda a diversidade cultural do município mineiro de Diamantina, buscando apresentar sua pluralidade no modo de ser do seu povo, mostrando as influencias geográficas, etnográficas, entre outras, mas, de forma simples e poética. Para a escrita deste artigo foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa exploratória.

Diversidade é pluralidade, complexidade e é significativa. É ser muitas em uma...O ser humano é singular, plural e complexo, em função disto, a diversidade cultural que é composta por este mesmo ser humano, será singular, mas também será plural e complexa borbulhando todo o pensar e ser da humanidade. Uma herança do homem para o homem. Um elo de ligação entre os homens do ontem, do hoje e do amanhã.

Segundo o site significados.com, “A diversidade cultural é um conceito criado para compreender os processos de diferenciação entre as várias culturas que existem ao redor do mundo”.

Pode ser também os vários aspectos que representam particularmente “as diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território”.

Alguns autores se questionam, se perguntam nas diversas relações dos povos, suas influências, suas trocas, suas relações plurais.

Segundo José Márcio Barros (2008, p 54) “a Diversidade Cultural e seus instrumentos de promoção e proteção, demandam uma nova práxis, ancorada no olhar crítico sobre a realidade, mas também numa ação criativa e transformadora”.

O processo histórico e os aspectos físico-geográficos de uma região podem ser fatores que influenciam a comunidade ali inserida, na criação e adoção de vivências que a diferenciam de grupos sociais que habitam outras regiões.

Ao relacionarmos cultura, desenvolvimento e Diversidade Cultural, a adoção de princípios do pensamento complexo pode nos garantir uma coerência mais efetiva entre pensamentos e práticas presentes nas realidades de seus objetos. Utilizando o mesmo paradoxo proposto, pode-se dizer que a Diversidade Cultural é a expressão de opostos. O singular, o intraduzível, a capacidade e o direito de diferir, bem como a expressão do universal, de uma ética e de um conjunto de direitos humanos. Simultaneamente uma coisa e outra, é nessa tensão de opostos que sua realidade se revela rica, dinâmica e desafiadora (BARROS, 2008, P.17).



Foto: Alex Carvalho / Creative Commons

No território diamantino, desde os tempos de Arraial do Tejuco, ou se pensar antes disso no imaginário coletivo, uma vez que não tem registros, a diversidade já reinava...

Do ponto de vista geográfico, Diamantina se localizada entre o Centro e o Norte de Minas, alto Jequitinhonha, o que se pode dizer ser um diamante que liga o povo sofrido, porém rico em alegria e diversidade cultural do Nordeste do estado com o Centro desenvolvido.

Do ponto de vista de ecossistemas, Diamantina se localiza na faixa de transição entre a mata Atlântica e o Cerrado, dois grandes biomas diversos, exuberantes, ricos onde ainda se fazem presentes campos rupestres de altitude.

Para alguns tem sertão, para outros não.



Foto: Alex Carvalho / Creative Commons

Por estas bandas de cá tem ipê, tem também araucárias, mas tem também pequizeiros e como não falar delas, tem sempre-vivas!

Do ponto de vista étnico, sua formação é a mais diversa, seu povo primeiro, os nômades, depois os índios maxakalis, que da terra eram filhos, o povo branco que chegou com sede de exploração mineral, vegetal, humana, o povo negro que também chegou e com todo o seu grande conhecimento transformou cada canto com sua alegria, sua sabedoria, suas memórias, suas divindades, mas também com seu sangue, lágrimas e suor e, este povo se misturou, remisturou, e uma grande diversidade se formou e vem se formando.

Por estas bandas de cá tem saraus, vesperatas, mas tem roda de capoeira, tem marujada, caboclinhos e catopés, mas tem também rip hop, funk e violas.

Sim! Vem se formando! O tempo passou, novas conquistas, desafios,

dificuldades, mudanças e novos e diversos povos para cá chegam. Se misturam, remisturam e a diversidade se renova.

Por estas bandas de cá tem artista nato, popular – “naif”, estudado, acadêmico. Tem ourivesaria, tem bordado, tem tapetes devocionais, tem pintura e escultura, mas tem também computação gráfica e design.

Tem igrejas barrocas-rococó, mas tem também os terreiros e as igrejas evangélicas. Tem Festa do Divino, Reinado do Rosário e show gospel.

Tem espírita, tem católico, tem macumbeiro, tem judeu, tem evangélico, tem umbandista, tem ortodoxo, tem budista, tem adoração ao sol e a lua, tem adoração às deusas, tem crença nenhuma.

Tem mandioca, tem angu, tem doces portugueses, tem água da mina, tem cachaça, tem vinho fino e cerveja artesanal.

Tem sabedoria popular e acadêmica. Tem plantação de roça, tem garimpo, tem cura com garrafada e benzeção, tem curso de teatro e de medicina.

Tem carnaval e samba, tem semana santa e guarda romana, tem dança afro e dança do ventre e tribal.

Tem ouro e prata, tem diamante e cristal, tem “cocoeeouro”, mas tem biojóias de casca de madeiras e sementes.

Tem cimalha e beiral, tem casebre e choupana, e tem nem eira e nem beira.

Tem vermelho, tem preto, tem branco, tem amarelo, tem mestiço, tem moreno.

Tem índio, tem negro, tem branco, tem diamantinense, tem mineiro, tem catarinense e gaúcho, tem carioca e paulista, tem soteropolitano e cearense, tem paraense, tem goiano, tem africano, tem indiano, tem japonês, tem argentino, tem alemão, tem italiano, tem inglês, tem americano e dizem ter ETs também.

Tem Antônio, Marias, Edsons, Conceições, Joãoes, Chicas, Rolins, Aurelianos, Helenas, Jucelinos, Júlias, Ayanas, Adunbins, Abayomis, Amanacis, Iaras, Aarões, Parísinas, Sidarthas, Monalissas, Kamalas, Kimberlys, Ahmeds, Jhons, Wilians, Margarets, e tantos outros.

Tem patrimônio imaterial material, natural.

Tem um povo múltiplo, rico, mestiço, criador e recriador por natureza e por influências.

Tem dia de sol, de chuva, de frio e de luar num dia só!

A diversidade cultural pode ser uma das portas para se conhecer um povo. Para Paulo Freire; (1963), a questão da cultura e da diversidade é um dos temas centrais presentes em sua proposta política-pedagógica. Ele reconhece a cultura de seu povo como porta de entrada para iniciar um diálogo significativo com sua realidade, pois esta lhe permite conhecer a riqueza dos conhecimentos presentes do imaginário coletivo e muitas vezes ser o símbolo de resistência.

A diversidade cultural das terras diamantinas pode ser a diversidade brasileira, a diversidade do mundo, porém, com sua peculiaridade que a torna especial, complexa mas plural.

Tem tudo e mais um pouco e mió que isso tem tudo isso num só lugar!

Sê plural como o universo.

(Fernando Pessoa)

Referências

SILVA, P. V. B.; ROSEMBERG, F. **Brasil: lugares de negros e brancos na mídia**. In: VAN DIJK, T. A. Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo**. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Nº 4; Abril-Junho, 1963.

BARROS, José Márcio. **Diversidade Cultural da proteção à promoção**. Autêntica, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. **Diversidade Cultural e desenvolvimento nas Américas**. Mimeo/OEA, Ministério da Cultura, 2002.

SIQUEIRA, Maurício. **Diversidade Cultural como pensamento complexo**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/li>

vros/liv64529_cap9.pdf".pdf>. Acesso em: 19. ago. 2018.

Revista Sagarana Turismo e Cultura em Minas Gerais Disponível em:
<http://revistasagarana.com.br/> Acesso em: 22. ago. 2018.

Significado de Diversidade cultural Disponível em: <https://www.significados.com.br/diversidade-cultural/> Acesso em: 25. ago. 2018.

História & Fotos Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 25. ago. 2018.

Diversidade Cultural Disponível em: www.cultura.gov.br Acesso em: 26. ago. 2018.

ANÁLISE DE CLUSTERS: ESPACIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS NÚCLEO E O CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Judite Sanson de Bem - Moisés Waismann - Margarete Panerai Araújo

Resumo: A localização das indústrias criativas segue padrões diversos. Utilizando-se da técnica de análise de cluster ou aglomerações, o objetivo deste artigo é verificar se existe relação entre o IDHM e a dispersão de estabelecimentos das indústrias criativas núcleo na RMPA. Concluiu-se que, mesmo abrigoando um conjunto de indústrias criativas por seu território, estas não relacionam-se diretamente aos indicadores socioeconômicos.

Palavras-chave: Indústrias Criativas; Região Metropolitana Porto Alegre; Estabelecimentos; IDHM; Análise de Clusters.

Introdução

A localização de atividades nos diferentes espaços físicos está relacionada a características como dotação de recursos naturais, infraestrutura, capital humano, tecnologia, entre outros. As atividades produtivas culturais, que envolvem a indústria criativa, seguem essas definições, pois à medida que demandam diferentes estoques de capital e mão de obra acabam por selecionar diferentes territórios para

sua espacialização. Assim, as atividades culturais, e por consequência as indústrias criativas que delas decorrem, estão distribuídas pelo espaço de forma heterogênea.

Esta pesquisa optou pelo método de Análise de Cluster como técnica de análise dos dados por acreditar que essa metodologia é eficiente para validar a seguinte hipótese: o desenvolvimento socioeconômico induz à distribuição e concentração das indústrias criativas no território e, portanto, motivo de suas desigualdades. No exemplo, dessa hipótese afirmativa-negativa, os dados da pesquisa pretendem comprovar essa afirmação.

A região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), IDHM E Indústria Criativa

A Região Metropolitana de Porto Alegre é composta por 34 municípios, sendo que, Porto Alegre concentrava, em 2013, 63% do número de estabelecimentos criativos, e em termos de participação, na produção regional, responde por valores que vão de 39% a quase 42%. No caso de adicionarmos o município de Canoas, estes valores chegam a 55% do PIB, enquanto os demais 32 municípios dividem os 45% restantes. Esses dados mostram que há uma concentração exacerbada no que diz respeito à produção, superior à concentração da quantidade de habitantes nesses dois municípios.

Já o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) apresentou uma evolução em todos os municípios selecionados para o estudo. É oportuno salientar que esse índice é publicado a cada 10 anos. Assim,

para o estudo em questão, utilizar-se-á o ano de 2010 como ponto de corte ou cruzamento quando das análises posteriores.

Indústria criativa é um termo cunhado na década de 1990, para designar atividades profissionais e econômicas que têm as ideias como insumo principal para geração de valor. As atividades que compõem o Núcleo criativo são: Publicidade; Arquitetura; Design; Moda; Expressões Culturais; Patrimônio & Artes; Música; Artes Cênicas; Editorial; Audiovisual; P&D; Biotecnologia; TIC (FIRJAN, 2014, p.9).

Aplicação do modelo de espacialização das Industrias Criativas Núcleo na Região Metropolitana de Porto Alegre

Desta feita, resta verificar como se comportam as análises de possíveis aglomerações mediante o uso da técnica proposta pelo trabalho. A aplicação do modelo à RMPA: hierarquização entre localização da indústria criativa e desenvolvimento socioeconômico – IDHM será centrada na variável aqui trabalhada: estabelecimentos. Novamente, é importante salientar que, para este estudo, será utilizado apenas o recorte temporal de 2010, pois a variável IDHM apresenta como última informação o dado para o referido ano. Assim, foi feito a sua testagem considerando, também, os dados do ano de 2010 para os estabelecimentos.

A tabela 1 mostra o número de clusters obtidos mediante o uso desse modelo estatístico para os dados e no período descrito no parágrafo acima.

Tabela 1 - Valor do IDHM, quantidade de estabelecimentos das indústrias criativas núcleo e a descrição da associação do cluster nos municípios e do total da Região Metropolitana de Porto Alegre no ano de 2010.

Município	IDHM	Estabelecimentos	Clusters de estabelecimentos
Alvorada	0,699	13	1
Araricá	0,679	-	1
Arroio dos Ratos	0,698	1	1
Cachoeirinha	0,757	47	2
Campo Bom	0,745	38	2
Canoas	0,75	115	3
Capela de Santana	0,661	2	1
Charqueadas	0,747	10	1
Dois Irmãos	0,743	11	1
Eldorado do Sul	0,717	7	1
Estância Velha	0,757	22	1
Esteio	0,754	23	1
Glorinha	0,714	4	1
Gravataí	0,736	46	2
Guaíba	0,73	20	1
Igrejinha	0,721	27	1
Ivoti	0,784	16	1
Montenegro	0,755	40	2
Nova Hartz	0,689	2	1
Nova Santa Rita	0,718	4	1
Novo Hamburgo	0,747	230	4
Parobé	0,704	12	1
Pontão	0,713	10	1

Município	IDHM	Estabelecimentos	Clusters de estabelecimentos
Porto Alegre	0,805	1.640	5
Rolante	0,688	3	1
Santo Antônio da Patrulha	0,717	7	1
São Jerônimo	0,696	6	1
São Leopoldo	0,739	122	3
São Sebastião do Caí	0,739	8	1
Sapiranga	0,711	42	2
Sapucaia do Sul	0,726	23	1
Taquara	0,727	25	1
Triunfo	0,733	3	1
Viamão	0,717	26	1
Total		2.608	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em www.atlasbrasil.org.br/ e em www.mte.gov.br

Utilizou-se a análise de cluster hierárquica, a partir do método do vizinho mais próximo, calculado com base na distância euclidiana quadrática. O software utilizado foi o SPSS (versão 24).

Nesse sentido, com base nas saídas do modelo, a descrição da associação do cluster, entre estabelecimentos versus o IDHM dos municípios que compõe a RMPA, pode-se perceber que o conjunto de atividades que são identificadas como “núcleo ou core” das indústrias criativas demonstrou que a região possui clusters distintos, díspares ou nós separados, o que caracteriza a maior parte dos municípios estudados. A exceção é o município de Novo Hamburgo, considerado berço da imigração alemã e polo coureiro calçadista, e todos os encaideamentos ex-ante e ex-post, apresentando sinergia com São Leo-

poldo, Sapiranga, Canoas e Montenegro, mostrando outro nó, embora mais “frouxo” que o primeiro. Essa concentração reflete uma grande diversificação, tanto em quantidades de estabelecimentos quanto em seu tamanho.

Outra característica relevante é a inexistência da constante relação entre IDHM e o número de estabelecimentos, ou seja, há municípios com um IDHM considerado como “ médio ou alto desenvolvimento” e que não apresentam um expressivo número de estabelecimentos criativos. Como o IDHM é composto de um conjunto de indicadores que não só a renda, nossa principal hipótese não pôde ser confirmada para todos os municípios selecionados.

Pode-se também, mesmo que a pesquisa não tenha se debruçado sobre esta discussão, inferir que a população urbana é uma variável proxy que reflete o tamanho do mercado consumidor e o tamanho do mercado é uma variável relevante e positivamente relacionada à localização e com o número dos estabelecimentos. Assim, quanto maior for a população urbana de um município, maior será o número de indústrias instaladas nele. No caso em estudo, é possível perceber que essa relação é positiva, sendo que, os municípios mais populosos (Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo) apresentaram o maior número de estabelecimentos criativos estudados.

Assim, acredita-se que quanto maior o PIB per capita, maior será o número de estabelecimentos, indústrias instaladas em um determinado município, ou seja, uma relação positiva.



Figura 1 – Dendrograma do cluster com os estabelecimentos das indústrias criativas núcleo e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios que compõe a Região Metropolitana de Porto Alegre no ano de 2010.

Considerações Finais

O estudo procurou destacar as relações entre a localização das atividades produtivas no espaço da RMPA sob o enfoque de indicadores como o IDHM, o número de estabelecimentos produtivos e seus vínculos em 2010.

Foi verificado que existem quatro municípios: Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre e São Leopoldo, onde as diferentes combinações (nós da árvore) são convergentes na sua composição, tanto em se tratando de estabelecimentos e IDHM. Percebeu-se que os municípios com maior IDH em 2010 (Cachoeirinha, Estância Velha, Ivoti e Porto Alegre) não necessariamente estão entre os que apresentaram a maior quantidade de estabelecimentos. Desses, apenas Porto Alegre é relevante, os demais são pouco expressivos.

No desenvolvimento da pesquisa constatou-se que os estabelecimentos criativos estão fortemente concentrados no eixo da BR 116 e que esta concentração está relacionada à existência de infraestrutura, próximos à Capital Porto Alegre e, sobretudo, de Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos nas áreas correlatas como, por exemplo, cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Essa informação corrobora a existência do mercado consumidor, pois no eixo estão os municípios com maior poder aquisitivo e com maior número de consumidores. Tais variáveis são fundamentais no momento da localização empresarial.

Assim, a hipótese inicialmente estabelecida não foi confirmada, pois o

desenvolvimento socioeconômico dos diferentes municípios da região não é suficiente para oferecer condições de aglomeração geográfica de empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas à Indústria Criativa, e sua respectiva forma de organização e de coordenação. Os indicadores, que permitiram identificar essa distribuição geográfica das atividades núcleo da indústria criativa, também oferecem um mapeamento dos deslocamentos das atividades econômicas, visto que é possível, através dessas concentrações, entender a descentralização econômica.

Assim, conclui-se que o predomínio de quatro municípios: Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre e São Leopoldo, onde as diferentes combinações (nós da árvore) são convergentes, descreve uma situação específica desta RM identificada pela metodologia. Contudo, ainda existem limitações que somente uma pesquisa de campo pode medir junto às empresas, sua história, organização industrial, apoio, governança entre outras características relevantes.

Referências

BEM, Judite Sanson de (Coord); WAISMANN, Moisés. **Indústrias Criativas e desenvolvimento socioeconômico: uma análise entre as regiões metropolitanas brasileiras no período 2006-2013 utilizando-se da análise de clusters**. Canoas: UNILASALLE, 2017. 236f. Relatório de Pesquisa.

BRASIL. **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Bases Estatísticas RAIS / CAGED** - Acesso Online. Disponível em: <<http://sgt>.

caged.gov.br/index.asp>. Acesso em: 28. 01. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Mapeamento da Indústria Criativa**. Rio de Janeiro: FIRJAN, dez.2014. Disponível em: www.firjan.org.br/economiacriativa. Acesso em: jan. 2014.

STATSOFT, INC. **Textbook Estatísticas Eletrônico**. Tulsa, OK: StatSoft. Disponível em: <http://www.statsoft.com/textbook/cluster-analysis/>. Acessado em: 10.03. 2016.

SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

ALEXANDRE ANTÔNIO TIMBANE

Professor da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção do conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania. Linha de pesquisa: Línguas e culturas africanas e afro-brasileiras no Brasil e nos PALOP. E-mail: alexandre.timbane@unilab.edu.br.

BRUNA TORRES SOBRAL

Étudiante en master en Études latino-américaines à l'Université Sorbonne-Nouvelle (Paris 3). Actuellement effectue visiting académique à la Chaire UNESCO en Politiques Culturelles et Gestion, à la Fundação Casa de Rui Barbosa. Email: brunatorres_s@hotmail.com.

CRISTINA SCHMIDT

Pós-doutorado na Cátedra UNESCO/Umesp de Comunicação para o desenvolvimento Regional; é doutora em Comunicação pela PUC-SP; mestre em Teoria e Ensino da Comunicação pela Universidade Metodista-SP. Coordena o Mestrado em Políticas Públicas Universidade de Mogi das Cruzes-SP. E-mail: cris_schmidt@uol.com.br.

DINAH PAPI GUIMARAENS

Associate Professor, Graduate Program of Architecture and Urbanism, Federal Fluminense University. ICOM/Unesco. Member n.21759-REG. IND. – BR. Email: dinah.papi@gmail.com

FLORÊNCIA PAULO NHAVENGE

Técnica em enfermagem e Pesquisadora independente. E-mail: florencianhanengue@gmail.com.

GUSTAVO FERNANDES AMBROSIO

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais na FFLCH, da Universidade de São Paulo USP; Especialista em Política e Estratégia pelo NAIPPE da USP. Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC em Políticas Culturais. E-mail: gusfambrosio@gmail.com.

SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

JUAN IGNACIO BRIZUELA

Bolsista FAPERJ de pós-doutorado em políticas sociais - Casa de Cultura Villa Maria, UENF. Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC) e do Coletivo PachaMãe - Integração Latinoamericana (LETRAS/UFBA). Email: juanbrizuela.gpc@gmail.com.

JUDITE SANSON DE BEM

Professora-pesquisadora na linha Memória e Gestão Cultural vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas (UNILASALLE).

MAICON RODRIGO RUGERI

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA e mestrando no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Email: maiconrugi@gmail.com.

MARGARETE PANERAI ARAÚJO

Professora-pesquisadora na linha Memória e Gestão Cultural vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas (UNILASALLE).

MOISÉS WAISMANN

Professor-pesquisador na linha Memória e Gestão Cultural vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas (UNILASALLE).

NATÁLIA GUERRA BRAYNER

Mestre em História Cultural e atua no campo da preservação do patrimônio cultural desde 2009. Atualmente é representante do Ministério da Cultura no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN.

PARÍSINA ÉRIS ILÍADE TAMEIRÃO RIBEIRO

Pós-graduada em Gestão Humana (FACINTER), Bacharela em Administração de Empresas (UNIFEBE), Licenciada em Artes Visuais (FAMOSP). Atua como Artista Têxtil, é pesquisadora de Arte Popular e Conselheira Municipal de Cultura. E-mail: parisinaribeiro@hotmail.com.

SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Observatório da Diversidade Cultural – ODC – está configurado em duas frentes complementares e dialógicas. A primeira diz respeito a sua atuação como organização não-governamental que desenvolve programas de ação colaborativa entre gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, por meio do apoio dos Fundos Municipal de Cultura de BH e Estadual de Cultura de MG. A segunda é constituída por um grupo de pesquisa formado por uma rede de pesquisadores que desenvolve seus estudos em várias IES, a saber: PUC Minas, UEMG, UFBA, UFRB, UFMT e USP, investigando a temática da diversidade cultural em diferentes linhas de pesquisa. O objetivo, tanto do grupo de pesquisa, quanto da ONG, é produzir informação e conhecimento, gerar experiências e experimentações, atuando sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. O ODC busca, assim, incentivar e realizar pesquisas acadêmicas, construir competências pedagógicas, culturais e gerenciais; além de proporcionar experiências de mediação no campo da Diversidade Cultural – entendida como elemento estruturante de identidades coletivas abertas ao diálogo e respeito mútuos.

PESQUISA

Desenvolvimento, orientação e participação em pesquisas e mapeamentos sobre a Diversidade Cultural e aspectos da gestão cultural.

FORMAÇÃO

Desenvolvimento do programa de trabalho “Pensar e Agir com a Cultura”, que forma e atualiza gestores culturais com especial ênfase na Diversidade Cultural. Desde 2003 são realizados seminários, oficinas e curso de especialização com o objetivo de capacitar os agentes que atuam em circuitos formais e informais da cultura, educação, comunicação e arte-educação para o trabalho efetivo, criativo e transformador com a cultura em sua diversidade.

INFORMAÇÃO

Produção e disponibilização de informações focadas em políticas, programas e projetos culturais, por meio de publicações e da atualização semanal do portal do ODC e da Rede da Diversidade Cultural – uma ação coletiva e colaborativa entre os participantes dos processos formativos nas áreas da Gestão e da Diversidade Cultural.

CONSULTORIA

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não-governamentais, no que se refere às áreas da cultura, da diversidade e da gestão cultural.

SOBRE O BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural é uma publicação bimensal, em que pesquisadores envolvidos com a temática da Diversidade Cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes.

EXPEDIENTE

Coordenação geral: José Márcio Barros

Conselho Editorial:

Giselle Dupin (Minc)

Giselle Lucena (UFAC)

Humberto Cunha (UNIFOR)

Luis A. Albornoz (Universidad Carlos III de Madrid)

Núbia Braga (UEMG)

Paulo Miguez (UFBA)

Coordenação editorial: José Márcio Barros e Plínio Rattes

Comissão de pareceristas: Ana Paula do Val, Giordanna Santos, Giuliana Kauark, Jaqueline Silva, José Júnior Oliveira, José Márcio Barros, Juan Brizuela, Kátia Costa, Plínio Rattes e Renata Melo.

Revisão: Amanda Barros, Carlo Marcolino, Jocastra Holanda e Mariana Angelis

Diagramação: Carlos Vinícius Lacerda

CONTATO

odc.boletim2018@gmail.com

www.observatoriodadiversidade.org.br

